

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	17
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	83
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	85
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	86
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	87
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.369
Preferenciais	5.831
Total	12.200
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	652.700	641.096
1.01	Ativo Circulante	155.414	144.830
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	150.981	142.025
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.988	1.767
1.01.07	Despesas Antecipadas	180	108
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.265	930
1.01.08.03	Outros	1.265	930
1.01.08.03.04	Adiantamentos a Fornecedores	1.002	927
1.01.08.03.05	Outros Créditos	263	3
1.02	Ativo Não Circulante	497.286	496.266
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	398.492	382.693
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	379.569	369.781
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	18.923	12.912
1.02.01.09.04	Adiantamentos a Fornecedores	122	122
1.02.01.09.06	Impostos e Contribuições a Recuperar	6.558	2.106
1.02.01.09.07	Depósitos Vinculados	212	179
1.02.01.09.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	12.031	10.505
1.02.02	Investimentos	98.209	112.994
1.02.02.01	Participações Societárias	92.911	107.696
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	5.298	5.298
1.02.03	Imobilizado	273	254
1.02.04	Intangível	312	325

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	652.700	641.096
2.01	Passivo Circulante	4.660	15.664
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	682	515
2.01.02	Fornecedores	1.293	1.046
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.685	408
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	13.695
2.02	Passivo Não Circulante	290.962	239.754
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	14.929	0
2.02.02	Outras Obrigações	66.366	62.501
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	66.248	62.498
2.02.02.02	Outros	118	3
2.02.02.02.04	Contas a Pagar	4	3
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais	114	0
2.02.04	Provisões	209.667	177.253
2.02.04.02	Outras Provisões	209.667	177.253
2.02.04.02.04	Provisão para Passivo a Descoberto	208.319	175.689
2.02.04.02.05	Provisão para Contingências	1.348	1.564
2.03	Patrimônio Líquido	357.078	385.678
2.03.01	Capital Social Realizado	855.822	855.811
2.03.02	Reservas de Capital	543.916	543.916
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.042.660	-1.014.049

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-27.487	-52.371	-21.512	-64.685
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.439	-4.232	-2.753	-5.045
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	204	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-401	-1.532	0	-1
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-24.647	-46.607	-18.963	-59.639
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-27.487	-52.371	-21.512	-64.685
3.06	Resultado Financeiro	12.468	23.760	2.749	6.298
3.06.01	Receitas Financeiras	16.346	31.225	9.911	19.640
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.878	-7.465	-7.162	-13.342
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-15.019	-28.611	-18.763	-58.387
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-15.019	-28.611	-18.763	-58.387
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-15.019	-28.611	-18.763	-58.387
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,64213	-1,22684	-1,50000	-4,66000
3.99.01.02	PN	0,00000	0,00000	-0,21000	-0,65000
3.99.01.03	PNA	-0,04371	-0,08351	-0,06000	-0,18000
3.99.01.04	PNB	-0,54414	-1,03963	-1,19000	-3,71000
3.99.01.05	PNC	-0,00001	-0,00001	0,00000	0,00000
3.99.01.06	PND	-0,00001	-0,00001	0,00000	0,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,64213	-1,22684	-1,50000	-4,66000
3.99.02.02	PN	0,00000	0,00000	-0,21000	-0,65000
3.99.02.03	PNA	-0,04371	-0,08351	-0,06000	-0,18000
3.99.02.04	PNB	-0,54414	-1,03963	-1,19000	-3,71000
3.99.02.05	PNC	-0,00001	-0,00001	0,00000	0,00000
3.99.02.06	PND	-0,00001	-0,00001	0,00000	0,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-15.019	-28.611	-18.763	-58.387
4.03	Resultado Abrangente do Período	-15.019	-28.611	-18.763	-58.387

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	10.251	7.908
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	19.901	9.104
6.01.01.01	Prejuízo do período	-28.611	-58.387
6.01.01.02	Depreciação	65	33
6.01.01.03	Amortização	13	14
6.01.01.04	Ativo permanente baixado	1	0
6.01.01.06	Amortização de custos de captação	0	151
6.01.01.08	Encargos de financiamentos	1.234	7.966
6.01.01.10	Resultado de equivalência patrimonial	46.607	59.639
6.01.01.15	Reversão de provisão de bônus	0	-300
6.01.01.18	Provisão/reversão para contingências	-216	-400
6.01.01.19	Baixas de investimentos	808	388
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.650	-1.196
6.01.02.02	Adiantamentos a fornecedores	-75	16
6.01.02.03	Partes relacionadas	-6.038	-2.073
6.01.02.04	Impostos a recuperar	-4.452	-34
6.01.02.06	Pagamentos antecipados	-72	-53
6.01.02.07	Adiantamento para futuro aumento de capital	-1.526	2.294
6.01.02.09	Depósitos vinculados	-33	427
6.01.02.10	Outros créditos	-260	-7
6.01.02.11	Obrigações fiscais	2.391	711
6.01.02.12	Fornecedores	247	-1.090
6.01.02.13	Contas a pagar e outras	1	-1.506
6.01.02.15	Salários e outros encargos	167	119
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.306	-148
6.02.01	Aplicações financeiras vinculadas	-1.221	0
6.02.03	Imobilizado - aquisição	-85	-142
6.02.04	Intangível - aquisição	0	-6
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	11	0
6.03.08	Aumento de Capital	11	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	8.956	7.760
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	142.025	110.308
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	150.981	118.068

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	855.811	543.916	0	-1.014.049	0	385.678
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	855.811	543.916	0	-1.014.049	0	385.678
5.04	Transações de Capital com os Sócios	11	0	0	0	0	11
5.04.01	Aumentos de Capital	11	0	0	0	0	11
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-28.611	0	-28.611
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-28.611	0	-28.611
5.07	Saldos Finais	855.822	543.916	0	-1.042.660	0	357.078

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	647.314	347.477	0	-718.026	0	276.765
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	3.324	0	3.324
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	647.314	347.477	0	-714.702	0	280.089
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-58.387	0	-58.387
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-58.387	0	-58.387
5.07	Saldos Finais	647.314	347.477	0	-773.089	0	221.702

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.265	-3.970
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.265	-3.970
7.03	Valor Adicionado Bruto	-4.265	-3.970
7.04	Retenções	-78	-48
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-78	-48
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-4.343	-4.018
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-15.382	-39.999
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-46.607	-59.639
7.06.02	Receitas Financeiras	31.225	19.640
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-19.725	-44.017
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-19.725	-44.017
7.08.01	Pessoal	997	814
7.08.01.01	Remuneração Direta	997	696
7.08.01.02	Benefícios	0	118
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	424	214
7.08.02.01	Federais	317	190
7.08.02.02	Estaduais	85	0
7.08.02.03	Municipais	22	24
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.465	13.342
7.08.03.03	Outras	7.465	13.342
7.08.03.03.01	Juros e variações monetárias	7.465	13.342
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-28.611	-58.387
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-28.611	-58.387

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	1.221.061	1.219.484
1.01	Ativo Circulante	343.793	324.138
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	151.006	143.041
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.989	1.769
1.01.03	Contas a Receber	154.330	153.379
1.01.06	Tributos a Recuperar	18.854	11.027
1.01.07	Despesas Antecipadas	314	419
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	16.300	14.503
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	147	147
1.01.08.03	Outros	16.153	14.356
1.01.08.03.03	Arrendamento Financeiro a Receber	13.671	12.883
1.01.08.03.04	Adiantamentos a Fornecedores	1.824	939
1.01.08.03.05	Outros Créditos	658	534
1.02	Ativo Não Circulante	877.268	895.346
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	633.248	630.463
1.02.01.06	Tributos Diferidos	17.634	20.351
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	379.568	369.781
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	236.046	240.331
1.02.01.09.03	Arrendamento Financeiro a Receber	188.542	191.130
1.02.01.09.04	Adiantamentos a Fornecedores	2.789	2.788
1.02.01.09.06	Impostos e Contribuições a Recuperar	37.402	39.132
1.02.01.09.07	Depósitos Vinculados	287	255
1.02.01.09.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	7.026	7.026
1.02.02	Investimentos	5.298	20.035
1.02.02.01	Participações Societárias	0	14.737
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	5.298	5.298
1.02.03	Imobilizado	26.081	26.062
1.02.04	Intangível	212.641	218.786

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	1.221.061	1.219.484
2.01	Passivo Circulante	446.184	352.347
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	907	672
2.01.02	Fornecedores	166.100	164.028
2.01.03	Obrigações Fiscais	17.859	12.689
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	260.450	174.157
2.01.05	Outras Obrigações	868	801
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	10	10
2.01.05.02	Outros	858	791
2.01.05.02.05	Outros	858	791
2.02	Passivo Não Circulante	417.799	481.459
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	309.785	376.704
2.02.02	Outras Obrigações	19.077	22.870
2.02.02.02	Outros	19.077	22.870
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais	11.419	15.545
2.02.02.02.04	Contas a Pagar	4	3
2.02.02.02.05	Fornecedores	3.374	3.374
2.02.02.02.20	Outros	4.280	3.948
2.02.03	Tributos Diferidos	40.995	44.896
2.02.04	Provisões	47.942	36.989
2.02.04.02	Outras Provisões	47.942	36.989
2.02.04.02.04	Provisão para Passivo a Descoberto	10.618	1.819
2.02.04.02.05	Provisão para Contingências	37.324	35.170
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	357.078	385.678
2.03.01	Capital Social Realizado	855.822	855.811
2.03.02	Reservas de Capital	543.916	543.916
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.042.656	-1.014.047
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-4	-2

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	13.150	25.349	12.527	25.344
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.135	-8.294	-5.621	-9.154
3.03	Resultado Bruto	9.015	17.055	6.906	16.190
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-21.164	-39.074	-19.070	-65.475
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.688	-14.480	-7.423	-14.106
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-242	-1.058	-1.090	-32.478
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-13.234	-23.536	-10.557	-18.891
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-12.149	-22.019	-12.164	-49.285
3.06	Resultado Financeiro	-2.935	-7.778	-7.516	-10.917
3.06.01	Receitas Financeiras	24.399	48.502	17.726	34.644
3.06.02	Despesas Financeiras	-27.334	-56.280	-25.242	-45.561
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-15.084	-29.797	-19.680	-60.202
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	64	1.184	917	1.815
3.08.02	Diferido	64	1.184	917	1.815
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-15.020	-28.613	-18.763	-58.387
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-15.020	-28.613	-18.763	-58.387
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-15.019	-28.611	-18.763	-58.387
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-1	-2	0	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,64213	-1,22684	-1,50000	-4,66000
3.99.01.02	PN	0,00000	0,00000	-0,21000	-0,65000
3.99.01.03	PNA	-0,04371	-0,08351	-0,06000	-0,18000
3.99.01.04	PNB	-0,54414	-1,03963	-1,19000	-3,71000
3.99.01.05	PNC	-0,00001	-0,00001	0,00000	0,00000
3.99.01.06	PND	-0,00001	-0,00001	0,00000	0,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,64213	-1,22684	-1,50000	-4,66000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.99.02.02	PN	0,00000	0,00000	-0,21000	-0,65000
3.99.02.03	PNA	-0,04371	-0,08351	-0,06000	-0,18000
3.99.02.04	PNB	-0,54414	-1,03963	-1,19000	-3,71000
3.99.02.05	PNC	-0,00001	-0,00001	0,00000	0,00000
3.99.02.06	PND	-0,00001	-0,00001	0,00000	0,00000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-15.020	-28.613	-18.763	-58.387
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-15.020	-28.613	-18.763	-58.387
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-15.019	-28.611	-18.763	-58.387
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-1	-2	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	33.483	7.955
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	45.702	34.011
6.01.01.01	Prejuízo do período	-28.611	-58.387
6.01.01.02	Depreciação	66	33
6.01.01.03	Amortização	6.147	5.119
6.01.01.04	Ativo permanente baixado	1	0
6.01.01.06	Amortização de custos de captação	0	151
6.01.01.08	Encargos de financiamentos	43.595	40.568
6.01.01.10	Resultado de equivalência patrimonial	23.536	18.891
6.01.01.13	IR e CS diferidos	-1.184	-1.814
6.01.01.15	Reversão de provisão de bônus	0	-300
6.01.01.18	Provisão/reversão para contingências	2.154	29.750
6.01.01.20	Participação dos acionistas não controladores	-2	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-12.219	-26.056
6.01.02.01	Contas a receber e outras	-951	-19.673
6.01.02.02	Adiantamentos a fornecedores	-886	-175
6.01.02.03	Partes relacionadas	-9.787	-26.516
6.01.02.04	Impostos a recuperar	-6.097	-3.435
6.01.02.06	Pagamentos antecipados	105	127
6.01.02.07	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	4.000
6.01.02.08	Arrendamento financeiro a receber	1.800	2.382
6.01.02.09	Depósitos vinculados	-32	427
6.01.02.10	Outros créditos	-124	-346
6.01.02.11	Obrigações fiscais	1.044	-4.101
6.01.02.12	Fornecedores	2.072	22.286
6.01.02.13	Contas a pagar e outras	1	-1.506
6.01.02.14	Outros passivos	401	332
6.01.02.15	Salários e outros encargos	235	142
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.308	-148
6.02.01	Aplicações financeiras vinculadas	-1.220	0
6.02.03	Imobilizado - aquisição	-86	-142
6.02.04	Intangível - aquisição	-2	-6
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-24.210	-2.128
6.03.04	Juros pagos s/ empréstimos e financiamentos	-13.515	-2.016
6.03.05	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-10.706	-112
6.03.08	Aumento de Capital	11	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	7.965	5.679
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	143.041	112.536
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	151.006	118.215

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	855.811	543.916	0	-1.014.045	0	385.682	-2	385.680
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	855.811	543.916	0	-1.014.045	0	385.682	-2	385.680
5.04	Transações de Capital com os Sócios	11	0	0	0	0	11	0	11
5.04.01	Aumentos de Capital	11	0	0	0	0	11	0	11
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-28.611	0	-28.611	-2	-28.613
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-28.611	0	-28.611	-2	-28.613
5.07	Saldos Finais	855.822	543.916	0	-1.042.656	0	357.082	-4	357.078

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	647.314	347.477	0	-717.897	0	276.894	-121	276.773
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	3.195	0	3.195	121	3.316
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	647.314	347.477	0	-714.702	0	280.089	0	280.089
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-58.387	0	-58.387	0	-58.387
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-58.387	0	-58.387	0	-58.387
5.07	Saldos Finais	647.314	347.477	0	-773.089	0	221.702	0	221.702

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	47.105	46.589
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	47.105	46.589
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-14.091	-47.904
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-8.294	-9.154
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.797	-38.750
7.03	Valor Adicionado Bruto	33.014	-1.315
7.04	Retenções	-6.213	-5.148
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.213	-5.148
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	26.801	-6.463
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	24.966	15.753
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-23.536	-18.891
7.06.02	Receitas Financeiras	48.502	34.644
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	51.767	9.290
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	51.767	9.290
7.08.01	Pessoal	2.484	2.116
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.061	1.648
7.08.01.02	Benefícios	336	381
7.08.01.03	F.G.T.S.	87	87
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	21.616	20.000
7.08.02.01	Federais	5.490	4.440
7.08.02.02	Estaduais	16.103	15.536
7.08.02.03	Municipais	23	24
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	56.280	45.561
7.08.03.03	Outras	56.280	45.561
7.08.03.03.01	Juros e variações monetárias	56.280	45.561
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-28.613	-58.387
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-28.611	-58.387
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-2	0



Multiner – Resultados do 2º Trimestre de 2015

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2015 – Multiner S.A. – “Multiner” ou “Companhia” anuncia os resultados referentes ao segundo trimestre de 2015 (“2T 15”). As informações financeiras e operacionais descritas a seguir, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em bases consolidadas e em milhares de Reais (R\$) de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS), e incluem as subsidiárias diretas da Companhia e suas respectivas subsidiárias e filiais.

2T15

DESTAQUES DO 2T 15:

- **Crescimento de 30,5% no Lucro Bruto e de 5,0% nas Receitas Líquidas;**
- **EBITDA de R\$ 12,1 milhões e Margem EBITDA de 57,6%;**
- **Crescimento de 37,6% nas Receitas Financeiras;**
- **Geração de 212.553 MW/h no 2T15, sendo UEE Parque Alegria (Alegria I e II) responsável por 70.444 MW/h e a UTE Cristiano Rocha (RAESA) por 142.109 MW/h.**

Relações com Investidores

Roseane Santos
Diretora de RI

Marcelo Patrício Costa
Diretor Financeiro

Tainah Ungierowicz
Especialista de RI

Rosane A. G. Oliveira
Gerente de Contabilidade

ri@multiner.com.br
Tel.: (21) 2272-5548

Visite nosso site
www.multiner.com.br

Assessoria de Imprensa
Insight Comunicação
Contato: Vânia Santos
Tel: (21) 2509-5399



MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

No primeiro semestre de 2015 o consumo industrial de eletricidade no país apresentou queda de 4,2%, em relação ao mesmo período de 2014. A redução do crescimento econômico, verificada desde o início do ano, é evidenciada no consumo de energia para grande parte das indústrias consumidoras, uma vez que dos dez principais segmentos demandantes, somente dois não apresentaram retração (Extração de Minerais metálicos e Produtos Alimentícios). O setor de Automotores e de Metalurgia foram os que mais reduziram o consumo no semestre, em 10,4% e 14,8%, respectivamente.

A análise por região do consumo industrial demonstra que não houve crescimento de demanda em nenhuma das regiões do Brasil, no semestre.

No primeiro semestre de 2015 o consumo de eletricidade – baixa Tensão – cresceu apenas 0,9%, comparado a igual período do ano anterior.

O consumo de eletricidade residencial ficou estável no semestre. Embora tenha crescido no primeiro trimestre (+1,1%), houve um declínio no segundo trimestre (-0,6%).

Os indicadores refletem a situação econômica caracterizada pelo baixo nível de confiança do consumidor e pela deterioração de seu poder de compra, influenciado, inclusive, pelo aumento da tarifa de eletricidade. Mudanças de hábito associadas à redução de desperdício e uso eficiente das fontes também contribuíram para a redução do consumo de eletricidade por consumidor.

O consumo comercial apresentou crescimento de 1,7% no semestre, influenciado pelas atividades do Nordeste, onde se observa uma atividade comercial mais intensa.

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

DESEMPENHO OPERACIONAL

Parque Gerador

A Multiner S.A possui um parque gerador composto por 02 usinas operacionais: Parque Eólico Alegria e Usina Termelétrica Cristiano Rocha - RAESA. O Parque Eólico Alegria é comercialmente explorado por meio de parcerias com outras empresas (a SOG Óleo e Gás S.A. e a Estelar Engenheiros Associados Ltda).

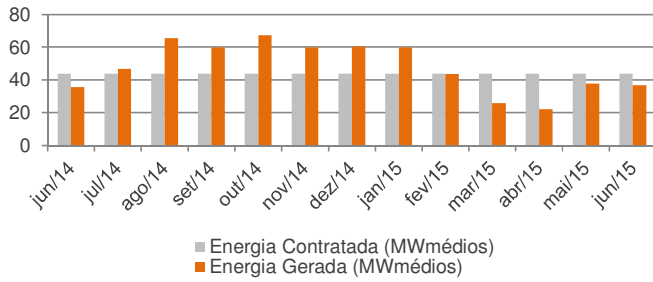
Empreendimento	Localização	Fonte	Capacidade Instalada (MW)	Início Operação Comercial	Término da Concessão
UTE Cristiano Rocha	Manaus/AM	Óleo Combustível + Gás Natural	85	16/11/2006	20/05/2025
Total Fonte Termelétrica			85		
UEE Alegria I	Guamaré/RN	Eólica	51,15	30/12/2010	30/12/2030
UEE Alegria II			100,65	30/12/2011	30/12/2031
Total Fonte Eólica			151,8		
Total			236,8		



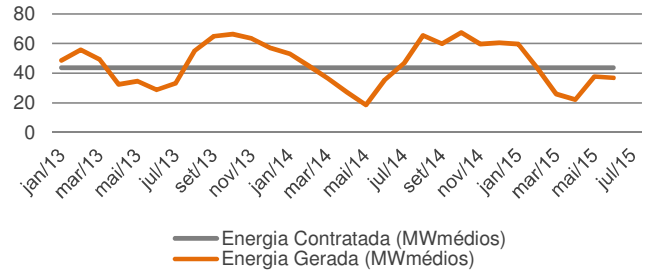
Produção/ Geração

No segundo trimestre de 2015, a geração de energia elétrica nas usinas operadas pela Multiner foi de 97,26 MW médios. Do total gerado, a UEE Parque Alegria (Alegria I e II) foi responsável por gerar 32,19 MW médios e a UTE Cristiano Rocha (RAESA) por 65,07 MW médios.

Parque Eólico Alegria
Geração - 1 ano



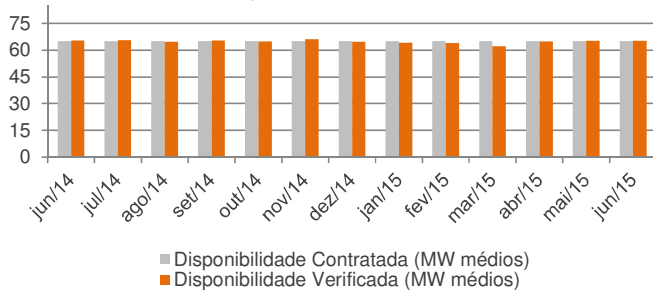
Parque Eólico Alegria
Geração Histórica - Gestão Bolognesi



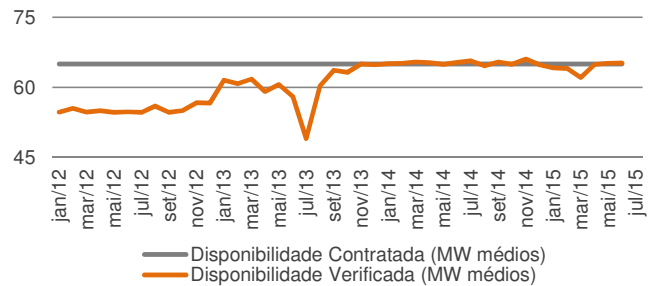
¹Energia gerada líquida para faturamento

É importante salientar que se observa, no Rio Grande do Norte, um período de chuvas característico da região, entre os meses de dezembro e abril, e, desta forma, a intensidade dos ventos é consideravelmente reduzida. Como consequência, observa-se uma redução na produção de energia eólica.

UTE Cristiano Rocha - RAESA
Disponibilidade - 1 ano



UTE Cristiano Rocha - RAESA
Geração Histórica - Gestão Bolognesi





DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Na tabela a seguir estão apresentados os resultados consolidados da Companhia, que incluem os resultados de suas subsidiárias diretas e suas respectivas subsidiárias e filiais.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2T15	2T14	2T15/2T14	6M15	6M14	6M15/6M14
Receita Líquida de vendas	13.150	12.527	5,0%	25.349	25.344	0,0%
Custo das Vendas	(4.135)	(5.621)	-26,4%	(8.294)	(9.154)	-9,4%
Lucro Bruto	9.015	6.906	30,5%	17.055	16.190	5,3%
Despesas Operacionais	(7.930)	(8.513)	-6,8%	(15.538)	(46.584)	-66,6%
Despesas Gerais e Administrativas	(7.688)	(7.423)	3,6%	(14.480)	(14.106)	2,7%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(242)	(1.090)	-77,8%	(1.058)	(32.478)	-96,7%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	1.085	(1.607)	-167,5%	1.517	(30.394)	-105,0%
Financeiras Líquidas	(2.935)	(7.516)	-60,9%	(7.778)	(10.917)	-28,8%
Receitas Financeiras	24.399	17.726	37,6%	48.502	34.644	40,0%
Despesas Financeiras	(27.334)	(25.242)	8,3%	(56.280)	(45.561)	23,5%
Resultado de Equivalencia Patrimonial	(13.234)	(10.557)	25,4%	(23.536)	(18.891)	24,6%
Lucro antes dos impostos	(15.084)	(19.680)	-23,4%	(29.797)	(60.202)	-50,5%
Impostos e Contribuições	64	917	-93,0%	1.184	1.815	-34,8%
Lucro/ Prejuízo do exercício	(15.020)	(18.763)	-19,9%	(28.613)	(58.387)	-51,0%

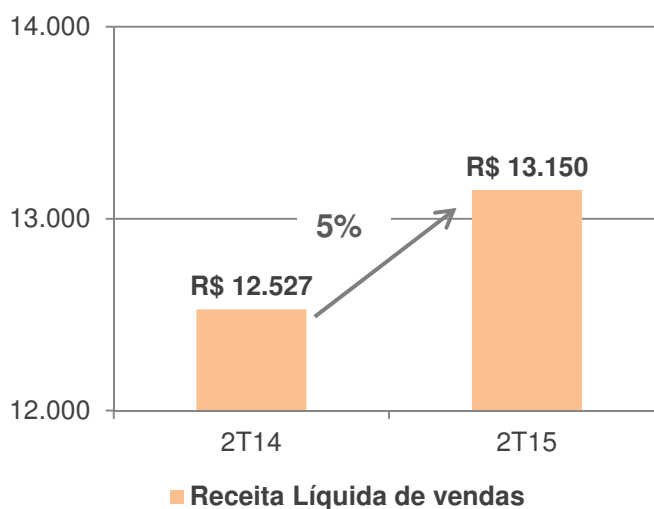
(em milhares de R\$)

Receita Líquida de Vendas*

(em milhares de R\$)

No 2T15, a receita líquida de vendas apresentou um crescimento de 5%, quando comparada ao segundo trimestre do ano anterior, passando de R\$ 12,5 milhões para R\$ 13,1 milhões.

No período, foi observado um aumento de 3,8% na receita fixa (potência garantida) e de 4,5% na receita variável (O&M). Também foi observada uma redução importante no montante das deduções por penalidades.



*A receita da Companhia é substancialmente representada pela venda da energia no período de abril a junho de 2015, pela usina termelétrica Rio Amazonas Energia S.A.



Custos das Vendas de Energia

O custo das vendas de energia apresentou uma redução de 26,4%, passando de R\$ 5,6 milhões no 2T14 para R\$ 4,1 milhões no 2T15.

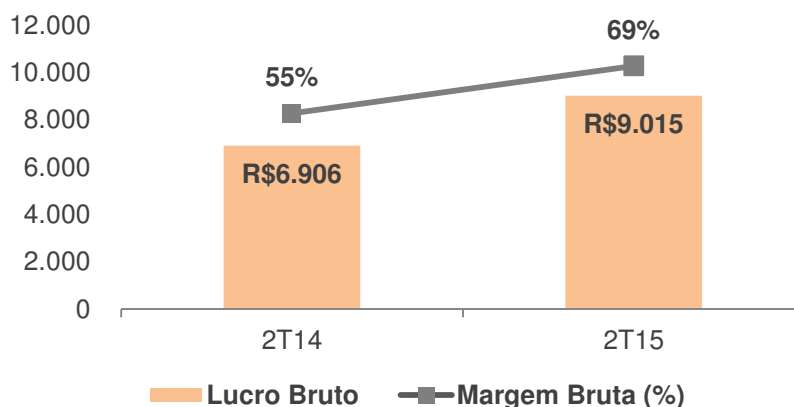
A redução no custo das vendas foi resultado de uma queda de 20% do custo de Operação e Manutenção e uma pequena diminuição nas compras de peças para manutenção.

Adicionalmente, a partir de abril, a Companhia passou a se creditar de PIS e Cofins sobre o custo de aluguel de máquinas e equipamentos, o que também contribuiu para o decréscimo no custo das vendas.

Lucro Bruto

(em milhares de R\$)

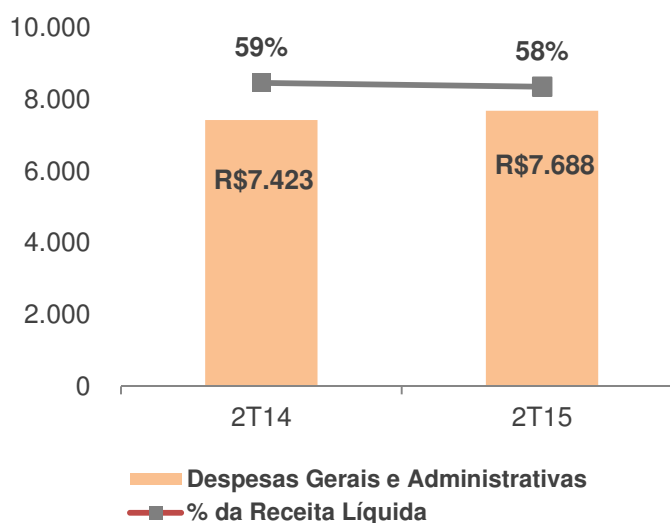
O lucro bruto cresceu 30,5% quando comparado ao segundo trimestre do ano anterior. A margem bruta, de 69% no 2T15 teve um incremento de 14 p.p., quando comparada ao mesmo período do ano anterior.



Despesas Gerais e Administrativas

(em milhares de R\$)

No 2T15, as despesas gerais e administrativas não apresentaram grande variação em relação ao mesmo período do ano anterior.





Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido do primeiro semestre de 2015, comparado com o mesmo período de 2014, está demonstrado no quadro a seguir:

R\$ Milhares	6M15	6M14	Var. %
Varição monetária negativa	(21.378)	(17.443)	23%
Despesa com juros	(22.929)	(24.258)	-5%
Despesa com multas	(91)	(581)	-84%
Varição cambial negativa	(8.811)	(338)	2507%
Despesa com mútuos	-	(36)	-100%
Despesa com IOF & IOC	(2.780)	(2.583)	8%
Outras despesas financeiras	(291)	(322)	-10%
Despesas Financeiras	(56.280)	(45.561)	24%
R\$ Milhares	6M15	6M14	Var. %
Receita com aplicação financeira	9.727	7.868	24%
Varição monetária positiva	2.711	2.142	27%
Receita com mútuos	18.797	9.430	99%
Varição cambial positiva	5.363	2.974	80%
Atualização monetária s/créditos tributários	1.556	1.757	-11%
Juros s/arrendamento financeiro	10.337	10.380	0%
Outras receitas financeiras	11	93	-88%
Receitas Financeiras	48.502	34.644	40%
Resultado Financeiro Líquido	(7.778)	(10.917)	-29%

Resultado de Equivalência Patrimonial

Apesar de possuir mais do que a metade do poder de voto na **New Energy Options Geração de Energia S.A. – NEO** e na **Companhia Energética Uruguai – CEU**, a Multiner S.A não tem o poder de governar de forma independente as políticas financeiras e operacionais das investidas, em razão de acordo firmado com os demais investidores. Conseqüentemente, a Companhia passou a aplicar o CPC 18, CPC 36 e ICPC 09 – Nova redação – que estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). Resultado de Equivalência Patrimonial em 30/06/15: **New Energy Options Geração de Energia S.A – NEO** (R\$ 23,5 milhões) e **Cia Energética Uruguai – CEU** (R\$ 0,0).

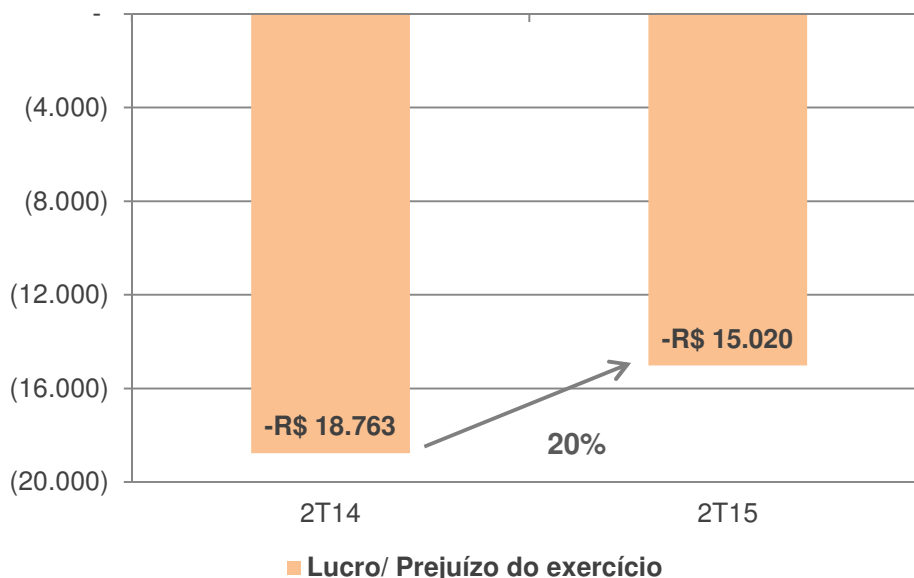


Lucro/ Prejuízo Líquido

(em milhares de R\$)

No 2T15, a Companhia aferiu resultado negativo de R\$ 15 milhões, apresentando uma melhora de aproximadamente 20% em relação ao prejuízo observado no ano anterior.

A redução no Prejuízo Líquido foi obtida, principalmente, por conta do incremento na receita líquida de vendas, de 5%, na redução no custo de vendas, de 26%, e incremento nas receitas financeiras, de 37%, em relação ao 2T14.



ENDIVIDAMENTO

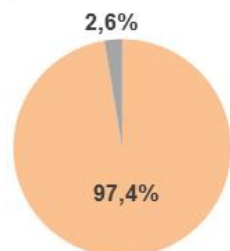
De acordo com a tabela a seguir, a Multiner S.A reduziu, no 6M15, em 9% sua Dívida Bruta, quando comparamos com o primeiro semestre de 2014.

A parcela de Curto Prazo manteve-se praticamente inalterada e a Dívida Líquida foi reduzida em 18%.

Endividamento	Unidade	6M15	6M14	12M14
Dívida Bruta em R\$	R\$ milhões	570.235	627.012	550.861
Custo da Dívida (Moeda Nacional)	%a.a	9,52%	9,52%	9,52%
Parcela de Curto Prazo	%	45,67%	45,38%	31,62%
Caixa e Equivalente de caixa em R\$	R\$ milhões	151.006	118.218	143.041
Dívida Líquida	R\$ milhões	419.229	508.794	407.820



Endividamento Bruto por Instrumento



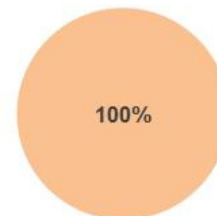
■ CCB ■ Debêntures

Endividamento Bruto por Indexador



■ IGPM ■ Outros

Endividamento Bruto por Moeda



■ Moeda Nacional ■ Outros

Obs: Os dados acima não incluem o passivo das empresas que são registradas no consolidado pelo método de equivalência patrimonial: New Energy Options Geração de Energia S.A. – NEO e Cia Energética Uruguai – CEU.

EBITDA

(em R\$ milhares)	2T14	2T15	6M14	6M15
Receita líquida de vendas + Leasing	20.090	21.104	40.470	41.165
Composição do EBITDA	2T14	2T15	6M14	6M15
Resultado líquido do Período	(18.763)	(15.019)	(58.387)	(28.611)
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	7.516	2.935	10.917	7.778
(+/-) IR/CSLL	(917)	(64)	(1.815)	(1.184)
(+) Depreciação/Amortização	2.586	3.108	5.148	6.213
(+) Leasing*	7.563	7.954	15.126	15.816
Equivalência Patrimonial	10.557	13.234	18.891	23.536
EBITDA	8.542	12.148	(10.120)	23.548
Margem EBITDA	42,5%	57,6%	-25,0%	57,2%

*Conforme CPC 06

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS, ou US GAAP, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. De acordo com a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, o cálculo do EBITDA não pode excluir quaisquer itens não recorrentes, não operacionais ou de operações descontinuadas e é obtido pelo resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.



GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em 30 de abril, a Companhia realizou Assembleia Geral Ordinária e nesta foram aprovados o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2014. Adicionalmente, foram eleitos os Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2016.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 22 de maio, foi aprovada a conversão de 216.780 Ações Preferenciais de Classe A, de titularidade do acionista Multiner FIP, em 1.350.000 Ações Ordinárias e 2.348.267 Ações Preferenciais da Classe B. Também foi aprovado o aumento de capital, no valor de R\$ 11.171,90, mediante a emissão de 1.117.190, decorrente do exercício do bônus de subscrição pelos acionistas Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A.

Em 3 de junho, a Companhia realizou Assembleia Geral Extraordinária para aprovar modificações no Estatuto Social para adequação do mesmo às novas regras do Regulamento de Listagem Bovespa Mais – Nível 2. Adicionalmente, foi aprovada a conversão de registro da Companhia para a categoria A na Comissão de Valores Mobiliários.



BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhares de R\$

Ativo	Consolidado		Passivo	Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014		30/06/2015	31/12/2014
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	151.006	143.041	Empréstimos e Financiamentos	203.328	165.027
Aplicações financeiras vinculadas	2.989	1.769	Emprést. e Financ. - Conversão obrigatória	57.122	9.130
Contas a receber	154.330	153.379	Fornecedores	166.100	164.028
Adiantamentos a fornecedores	1.824	939	Salários e encargos sociais	907	672
Pagamentos antecipados	314	419	Obrigações fiscais	17.859	12.689
Impostos a recuperar	18.854	11.027	Contas a Pagar	-	-
Arrendamento financeiro a receber	13.671	12.883	Débitos com partes relacionadas	10	10
Bens disponíveis para a venda	147	147	Outros	858	791
Outros créditos	658	534			
	343.793	324.138		446.184	352.347
Não circulante			Não circulante		
Adiantamentos a fornecedores	2.789	2.788	Empréstimos e Financiamentos	299.832	324.644
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.026	7.026	Emprést. e Financ. - Conversão obrigatória	9.953	52.060
Creditos com partes relacionadas	379.568	369.781	Obrigações fiscais	11.419	15.545
Impostos diferidos	17.634	20.351	Provisão para passivo a descoberto	10.618	1.819
Impostos e Contribuições a Recuperar	37.402	39.132	Fornecedores	3.374	3.374
Arrendamento financeiro a receber	188.542	191.130	Impostos diferidos	40.995	44.896
Depósitos vinculados	287	255	Provisão para contingências	37.324	35.170
	633.248	630.463	Contas a Pagar	4	3
			Débitos com partes relacionadas	-	-
			Outros	4.280	3.948
				417.799	481.459
Investimentos	-	14.737	Patrimônio líquido		
Propriedades para investimento	5.298	5.298	Capital social	855.822	855.811
Imobilizado	26.081	26.062	Reservas de capital	543.916	543.916
Intangível	212.641	218.786	Prejuízos acumulados	(1.042.656)	(1.014.047)
	877.268	895.346			
			Patrimônio líquido atribuível aos controladores	357.082	385.680
			Participação de não controladores	(4)	(2)
				357.078	385.678
Total do Ativo	1.221.061	1.219.484	Total do Passivo e Patrimonio Líquido	1.221.061	1.219.484



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Em milhares de R\$

	Consolidado			
	01/01/2015 à 30/06/2015	01/04/2015 à 30/06/2015	01/01/2014 à 30/06/2014	01/04/2014 à 30/06/2014
Receita líquida de vendas	25.349	13.150	25.344	12.527
Custo das Vendas	(8.294)	(4.135)	(9.154)	(5.621)
Lucro Bruto	17.055	9.015	16.190	6.906
Despesas Gerais e Administrativas	(14.480)	(7.688)	(14.106)	(7.423)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(1.058)	(242)	(32.478)	(1.090)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	1.517	1.085	(30.394)	(1.607)
Receitas Financeiras	48.502	24.399	34.644	17.726
Despesas Financeiras	(56.280)	(27.334)	(45.561)	(25.242)
Financeiras líquidas	(7.778)	(2.935)	(10.917)	(7.516)
Resultado de Equivalencia Patrimonial	(23.536)	(13.234)	(18.891)	(10.557)
Resultado antes dos impostos	(29.797)	(15.084)	(60.202)	(19.680)
Imposto de Renda e CSLL Correntes	-	-	-	-
Imposto de Renda e CSLL Diferidos	1.184	64	1.815	917
Prejuízo do exercício	(28.613)	(15.020)	(58.387)	(18.763)
Prejuízo atribuível aos :				
Acionistas controladores	(28.611)	(15.019)	(58.387)	(18.763)
Acionistas não controladores	(2)	(1)	-	-
Prejuízo do exercício	(28.613)	(15.020)	(58.387)	(18.763)
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	12.200	12.200	6.343	6.343
Prejuízo por ação do capital integralizado no final do exercício - R\$	(2)	(1)	(9)	(3)

Notas Explicativas

Multiner S.A.

Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho
de 2015

Notas Explicativas**CONTEÚDO**

1. CONTEXTO OPERACIONAL
2. SOCIEDADES DA COMPANHIA
3. BASE DE PREPARAÇÃO
4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
5. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
7. APLICAÇÕES VINCULADAS
8. CONTAS A RECEBER
9. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES
10. IMPOSTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS
11. INVESTIMENTOS
12. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO
13. IMOBILIZADO
14. INTANGÍVEL
15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
16. FORNECEDORES
17. OBRIGAÇÕES FISCAIS
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
22. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS
23. CUSTO DAS VENDAS
24. OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS
25. DESPESAS COM BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS
26. RESULTADO FINANCEIRO
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO
28. RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO
29. ARRENDAMENTO FINANCEIRO A RECEBER

Notas Explicativas

Multiner S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015

(Em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A Multiner S.A (“Multiner” ou “Companhia”) é uma holding, na forma de sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil, que detém autorizações de uso de bem público, na condição de produtor independente. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

O controle acionário da Companhia é exercido pelo Grupo Bolognesi (55%)*, com sede em Porto Alegre/RS - Brasil. O Multiner Fundo de Investimento em Participações (Multiner FIP), administrado e gerido pela Planner Corretora de Valores S.A., com sede na cidade de São Paulo/SP – Brasil, constituído sob a forma de condomínio fechado e formado por entidades fechadas de previdência complementar, detém a participação residual não controladora (45%).

Os atuais empreendimentos da Multiner têm contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements - PPAs*), de longo prazo, que asseguraram sua financiabilidade. Tais contratos decorreram de programas de governo como: o fornecimento de energia elétrica para o Sistema Isolado - SI, bem como do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, através de chamadas públicas realizadas.

()O Grupo Bolognesi é controlado pelo empresário Ronaldo Marcelio Bolognesi e atua nas áreas imobiliária, construção pesada, concessões e energia. No setor de energia, conta com um portfólio de 932 MW em operação, sem incluir os ativos da Multiner S.A. Desse total operacional, 166 MW são de pequenas centrais hidrelétricas e 766,38 MW de usinas termelétricas. Porém, se considerarmos ainda os projetos do Grupo em desenvolvimento, a capacidade total instalada do portfólio atinge 3,4 GW. Em março de 2012, o Grupo Bolognesi adquiriu a Multiner S.A mediante contrato de reorganização financeira. O fechamento do devido contrato ocorreu em julho de 2014 e levou a criação da MESA S.A, cujo o objetivo social é a geração, transmissão e comercialização de energia elétrica. A reorganização financeira levou a conversão de dívidas em equity pelas entidades fechadas do Multiner Fundo de Investimento em Participações (“Multiner FIP”) e, ao mesmo tempo, convencionou-se o cronograma para novos aportes por parte do Grupo Bolognesi.*

2. Sociedades da Companhia

a. Controladas

2007 Participações S.A. (2007 Participações – 99,99%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem como principal atividade (a) a administração de bens de capital e próprios da sociedade; (b) participações empresariais, podendo, também, participar de outras sociedades de qualquer ramo de atividade, nacionais e estrangeiras, como sócia ou acionista; (c) participar de toda e qualquer licitação pública para quaisquer fins objetivos; (d) participar de leilões públicos e/ ou privados de qualquer natureza; (e) formar, organizar e/ou participar de consórcios empresariais com o objetivo de participar de todas e quaisquer licitações e leilões, sejam estes públicos e/ou privados e (f) participar em empreendimentos como sócia, acionista ou administradora.

A 2007 Participações S.A possui participação societária na seguinte controlada:

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015

(Em milhares de Reais)

- Rio Amazonas Energia S.A (RAESA – 100,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Manaus/AM – Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível/gás natural, e o comércio atacadista de energia elétrica, através da Central Termelétrica Cristiano Rocha (UTE Cristiano Rocha), constituída de 5 unidades motogeradoras e capacidade instalada de 85MW. Integra o Sistema Elétrico de Manaus, suprindo energia elétrica a distribuidora local Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (antiga Manaus Energia), com contrato firmado entre as partes em 2005 pelo período de 20 anos.

New Energy Options Geração de Energia S.A. (NEO – 80,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem por objetivo (a) fabricação, venda, compra, importação, exportação, consignação e locação de quaisquer produtos eletroeletrônicos, de informática e de geração de energia elétrica, ou quaisquer máquinas, equipamentos, ferramentas, matérias primas, componentes, peças e acessórios correlatos; (b) prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica, montagens, instalações, projetos, consultoria, manutenção, assistência técnica aos seus produtos e de terceiros, execução de obras civis, elétricas e hidráulicas; e (c) participar como sócia ou acionista em outras sociedades, como majoritária ou minoritária. Compreende o Parque Eólico Alegria, localizado em Guamaré/RN, que tem capacidade instalada total de 151,8MW.

Parque Eólico Alegria:

- Central Eólica Alegria I – possui capacidade instalada de 51MW, com 31 unidades aerogeradoras.
- Central Eólica Alegria II – Possui capacidade instala de 100,8MW, com 61 unidades aerogeradoras.

Os parques eólicos estão em operação desde 2010 e 2011, respectivamente. A sociedade possui contrato firmado com a Eletrobras para a venda de energia pelo período de 20 anos. A Eólica Administração e Participações possui os 20% do capital restante.

Companhia Energética Uruguai S.A. (CEU – 71,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem por objetivo as atividades de desenvolvimento de estudos de inventário hidroelétrico do Rio Uruguai, no trecho entre as cotas 193m e 212m, bem como o desenvolvimento de estudos de viabilidade da UHE Iraí, os estudos ambientais pertinentes com vista à emissão da Licença Ambiental Prévia (LAP) para o empreendimento e demais estudos necessários para sua viabilização, podendo ainda constituir subsidiárias no Brasil ou no exterior. A CEU encontra-se em fase pré-operacional e terá potência instalada total bruta de 330MW. A SOG Óleo e Gás S.A. e a Estelar Engenheiros Associados Ltda. participam com 15% e 14% do capital restante, respectivamente.

b. Controladas com Outorgas Revogadas

- Termelétrica Itapebi S.A.
- Termelétrica Monte Pascoal S.A.
- Termelétrica Pernambuco IV S.A.
- Termelétrica Termopower V S.A.
- Termelétrica Termopower VI S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015

(Em milhares de Reais)

3. Base de Preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações trimestrais incluem:

As informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações contábeis intermediárias individuais da Companhia foram elaboradas de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e apresentada de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Com a revisão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 14 de agosto de 2015, autorizou a emissão destas demonstrações financeiras.

b. Base de Mensuração

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico, exceto pelos ativos financeiros classificados pelo valor justo através do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações trimestrais de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015

(Em milhares de Reais)

no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas:

Nota 12 - Propriedade para investimento
Nota 29 - Arrendamento financeiro a receber.

As informações sobre incertezas e sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 8 - Contas a receber
Nota 10 - Impostos a recuperar e diferido
Nota 11 - Investimentos
Nota 14 - Intangível
Nota 19 - Contingências.

4. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas informações trimestrais consolidadas e individuais são os mesmos adotados na preparação das demonstrações contábeis anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, publicadas na CVM em 31 de março de 2015.

A Companhia não apurou resultados abrangentes no período corrente.

4.1. Base de consolidação

Entidades da Companhia

Controladas Diretas	Participação acionária	
	30/06/2015	31/12/2014
2007 Participações S.A.	99,99%	99,99%
Termelétrica Itapebi S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower V S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower VI S.A.	100,00%	100,00%

A Companhia não apresentou alterações de participação em empresas consolidadas no semestre findo em 30 de junho de 2015 em relação às demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Apesar de a Multiner possuir mais do que a metade do poder de voto na New Energy Options Geração de Energia S.A. -

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015

(Em milhares de Reais)

NEO e na Companhia Energética do Uruguai – CEU, a Multiner não tem o poder de governar de forma independente as políticas financeiras e operacionais das investidas em razão de acordo firmado com os demais investidores. Consequentemente, a Companhia passou a aplicar o CPC 18, CPC 36 e ICPC 09 – Nova redação – que estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

A Companhia exerce controle nas demais investidas listadas acima, e aplica o método da consolidação integral.

Os investimentos em sociedades controladas ou controladas em conjunto são avaliados por equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais da Companhia.

Os adiantamentos para futuros aumentos de capital estão registrados ao custo. Os mesmos são classificados como passivo, enquanto não houver formalização da intenção da Administração, em caráter irrevogável e irretratável de efetivar o aumento de capital, quando então serão tratados como parte do patrimônio líquido das investidas.

4.1.1. Principais procedimentos de consolidação

Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intra-grupo.

Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados da empresa controlada, exceto para as empresas que passaram a aplicar a nova redação do CPC 18, CPC 36 e ICPC 09 (joint ventures).

Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas informações consolidadas.

O valor justo de ativos e passivos de Companhias adquiridas foi alocado nas contas específicas do balanço patrimonial consolidado.

4.1.2. Combinações de Negócios

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

Para cada combinação de negócios a Companhia escolhe se irá mensurar a participação não-controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional da participação não-controladora sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

4.1.3. Aquisição de participação de acionistas não-controladores

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015

(Em milhares de Reais)

É registrado como transações entre acionistas. Conseqüentemente nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

4.1.4. Controladas e controladas em conjunto

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

4.1.5. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações.

4.1.6. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

4.1.6.1. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja designado como mantido para negociação no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem as aplicações financeiras registradas como caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras vinculadas.

4.1.6.2. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015

(Em milhares de Reais)

Os empréstimos e recebíveis estão representados por contas a receber de clientes, de partes relacionadas, arrendamento financeiro a receber e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, debêntures, fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas e outras contas a pagar.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

4.1.7. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido. As ações preferenciais, não dão direito a voto, têm direito a um dividendo mínimo de 10% superior aos atribuídos a detentores de ações ordinárias e possuem prioridade, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia no reembolso de sua parcela do capital social.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, em caso de lucro, são reconhecidos como passivo.

4.1.8. Imobilizado

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015

(Em milhares de Reais)

4.1.8.1. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, que representam os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, que sejam atribuíveis à aquisição ou construção de ativos qualificáveis, são capitalizados como parte dos custos desses ativos, líquido da receita financeira decorrentes de investimentos temporários de tais financiamentos.

Os saldos de imobilizado referem-se a ativos pertencentes à Multiner e às seguintes empresas controladas pela Companhia: Monte Pascoal, Itapebi, Pernambuco IV, Termopower V e Termopower VI cujos valores estão com provisão de perda de recuperabilidade.

Revisões periódicas são feitas quanto à melhor estimativa de vida útil e valor residual das principais classes de seus ativos imobilizados e a segmentação e classificação dos principais itens do ativo imobilizado sujeitos à depreciação em prazos diferenciados de acordo com a vida útil.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

4.1.8.2. Reclassificação para propriedade para investimentos

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a Companhia deve escolher o método de mensuração desta propriedade. A Companhia decidiu reconhecer suas propriedades a custo de acordo como CPC 27 – Ativo Imobilizado.

As propriedades para investimento consistem de terrenos, no município de Sapeaçu, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi, cujas licenças de instalação e localização foram revogadas, terreno localizado em Cabo de Santo Agostinho que a Administração ainda determinará a sua melhor utilização e outro terreno na área rural de Santa Rita no Estado da Paraíba.

4.1.8.2.1. Custos Subsequentes

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015

(Em milhares de Reais)

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item obedecendo às premissas de que seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o custo pode ser medido de forma confiável.

O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

4.1.8.2.2. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

As vidas úteis estimadas e as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado, estão de acordo com a Resolução Normativa da ANEEL – Agencia Nacional de Energia Elétrica nº 474 de janeiro de 2012.

4.1.9. Ativos Intangíveis

Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a Nota Explicativa nº 14.

Quanto às aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009, o ágio representa o valor registrado de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, ajustado para a reclassificação de determinados intangíveis, veja Nota Explicativa nº 14.

Mensuração subsequente

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

4.1.9.1. Custos de Desenvolvimento

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

4.1.9.2. Outros Ativos Intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicáveis.

4.1.9.3. Gastos Subsequentes

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015

(Em milhares de Reais)

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

4.1.9.4. Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para o saldo de software para os períodos correntes e comparativos é de 5 anos.

4.1.10. Propriedade para Investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e, subsequentemente pode ser mensurada a custo ou ao valor justo. A Administração decidiu por manter essas propriedades avaliadas pelo custo.

As propriedades para investimento consistem de terrenos, no município de Sapeaçu, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi, cujas licenças de instalação e localização foram revogadas, terreno, localizado em Cabo de Santo Agostinho, o qual a Administração ainda determinará a sua melhor utilização e outro terreno na área rural de Santa Rita no estado da Paraíba, veja Nota explicativa nº 12.

4.1.11. Diferido

O Ativo diferido foi extinto a partir do exercício de 2008 em função da alteração da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.941/09. Todavia, o saldo existente nas investidas em 31 de dezembro de 2008 que, pela sua natureza, não pode ser alocado a outro grupo de contas, foi mantido até a sua completa amortização ou prazo máximo de 10 anos, contados a partir do início da entrada em operação da investida, em 1º de janeiro de 2011. Conforme mencionado nas notas explicativas Nº 3a , nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS, o saldo do ativo diferido foi baixado.

4.1.12. Arrendamento Financeiro a receber

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato seja dependente do uso daquele ativo especificado.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015

(Em milhares de Reais)

separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados como arrendamentos financeiros são alocados entre receita financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do ativo (contas a receber) em aberto, veja Nota Explicativa nº 29.

4.1.13. Redução ao valor recuperável - Impairment

4.1.13.1. Ativos Financeiros

Os ativos financeiros classificados como “empréstimos e recebíveis” são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado.

4.1.13.2. Ativos Não Financeiros

Os ativos não financeiros da Companhia estão representados pelo ativo imobilizado e pelo intangível. Os valores contábeis do ativo imobilizado e intangível são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil, indefinidos ou ativos intangíveis, em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

4.1.14. Benefícios Concedidos Empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

4.1.15. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015

(Em milhares de Reais)

4.1.16. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita de vendas compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia, conforme apresentado na nota explicativa nº 21, líquida das devoluções, descontos e encargos sobre vendas. A receita de vendas de energia é reconhecida em função de sua realização. Os custos e as despesas são contabilizados pelo regime de competência.

O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre arrendamento financeiro e aplicações financeiras, despesas com juros sobre financiamentos que não se enquadrem como capitalização de custos de empréstimos, ganhos e perdas com avaliação a valor justo de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

4.1.17. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda e 9 % de contribuição social sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4.1.18. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 - Resultado por ação (IAS 33).

Considerando a metodologia aplicada, o resultado por ação básico e diluído apresentado pela Companhia é o mesmo.

4.1.19. Informação por segmento de negócio

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015

(Em milhares de Reais)

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Administração da Companhia efetuou avaliação considerando: (i) a natureza dos produtos, (ii) a natureza dos processos de produção, (iii) o tipo ou categoria de clientes, (iv) os métodos usados para distribuir os seus produtos e a natureza do ambiente regulatório, e, considerando que a Companhia atua apenas no setor de geração de energia, analisa e toma decisões com base em relatórios de resultados operacionais consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicações de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte.

Por tratar-se de apenas um segmento a apuração de resultado da Companhia já reflete o resultado por segmento.

Toda a receita da Companhia é proveniente de operações internas no País, oriunda da venda de energia.

4.1.20. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e, para fins de IFRS, são apresentadas como informação adicional.

4.1.21. Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente, que compreende itens de receita e de despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado, está sendo apresentada, porém não existem receitas e despesas que não estejam reconhecidas na demonstração do resultado para o período findo em 30 de junho de 2015 e 2014.

4.1.22. Novas normas e interpretações

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC publicados e/ou revisados têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2014 ou em fase de discussão. A Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas suas demonstrações contábeis no período de aplicação inicial. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destes novos procedimentos e interpretações:

(i) A seguir apresentamos os novos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2014, mas que não surtiram efeitos significativos na Companhia:

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015

(Em milhares de Reais)

- IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32: essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação.

- Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27): fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge – Revisão da IAS 39: Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros - reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A Companhia não espera que esta norma produza impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

- IFRIC 21 – tributos: clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

E ainda existem assuntos contábeis de interesse brasileiro que não interferem nas normas internacionais. Estes Pronunciamentos já estão substancialmente desenvolvidos, aguardando discussão com reguladores (Comissão de Valores Mobiliários – CVM), que são os seguintes:

- Combinação de Demonstrações Contábeis (CPC 44) – As demonstrações contábeis combinadas representam a aglutinação de demonstrações contábeis individuais de determinadas entidades, todas sob controle ou administração comum.

- Demonstrações Contábeis Pró-forma (OCPC 06) – Este Procedimento estabelece os critérios para compilação, elaboração e formatação de Informações Financeiras Pró-forma que só podem ser apresentadas quando assim forem qualificadas e desde que o propósito seja devidamente justificado em nota explicativa, como, por exemplo, em casos de reestruturações societárias, aquisições, vendas ou cisões de negócios.

Não existem outras normas IFRS que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015

(Em milhares de Reais)

Legislação Tributária

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 que em 13 de maio de 2014 foi convertida em Lei 12.973:

- Modifica a legislação tributária relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS;
- Revoga o Regime Tributário de Transição – RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;
- Dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior ; e
- Altera dispositivos da Lei nº 12.865/2013 que reabriu o parcelamento de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Refis da Crise), instituído pela Lei nº 11.941/2009.

A Administração da Companhia avaliou estas alterações e não optou pela revogação do RTT em 2014 e concluiu não haver efeitos financeiros a partir de 2015, somente mudanças no layout da ECF do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

5. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis adotadas pela Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

a. Ativos intangíveis

O valor justo do ativo intangível reconhecido na combinação de negócios é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que derivem do uso e possível venda dos ativos.

b. Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

c. Contas a receber de arrendamento financeiro

O contrato de compra e venda de energia, enquadrado de acordo com o ICPC 03 - Aspectos complementares das operações

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015***(Em milhares de Reais)*

de arrendamento mercantil, como arrendamento financeiro, possui características que tornam impraticável a segregação dos pagamentos entre venda de energia e arrendamento financeiro. Como consequência o valor do contas a receber foi estimado com base em valor equivalente ao valor justo do ativo subjacente. Veja Nota Explicativa nº 29.

d. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Caixa	3	1	3	1
Bancos conta movimento	4	520	27	1.533
Aplicações financeiras	150.974	141.504	150.976	141.507
	<u>150.981</u>	<u>142.025</u>	<u>151.006</u>	<u>143.041</u>

As aplicações financeiras são classificadas como ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

	Taxa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
CCBs	IGPM + 9 a 10%	150.974	141.504	150.974	141.504
Itaú - Aplic. Automáticas		-	-	2	3
		<u>150.974</u>	<u>141.504</u>	<u>150.976</u>	<u>141.507</u>

Os valores de aplicação de R\$ 150.974 atualizados são referentes à subscrição de ações em 27 de dezembro de 2013 e 14 de julho de 2014, pelo FIP Multiner, conforme descrito na nota explicativa nº 20.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 27.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015***(Em milhares de Reais)***7. Aplicações financeiras vinculadas**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Título de Renda Fixa 80% CDI	2.988	1.767	2.989	1.767
Itaú Cash DI	-	-	-	2
	<u>2.988</u>	<u>1.767</u>	<u>2.989</u>	<u>1.769</u>

As aplicações financeiras vinculadas são classificadas como ativos mensurados ao valor justo por meio de resultado.

8. Contas a receber

	Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - RAESA (1)	21.475	21.491
Conta de Consumo de Combustível - CCC (2)	132.855	131.888
	<u>154.330</u>	<u>153.379</u>

O contas a receber de clientes é registrado pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, deduzidos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

1) Valores a receber da Amazonas Distribuidora de Energia S.A., registrados na controlada RAESA. O montante contempla os seguintes valores:

i) Faturamento mensal de potência contratada dos meses de maio e junho de 2015, no valor de R\$ 17.172

ii) Faturamento mensal de O&M dos meses de maio e junho de 2015, no valor de R\$ 4.303.

2) Valores a receber de R\$ 132.855 da conta de CCC – ISOL (conta consumo de combustíveis isolados), controlada pela Eletrobrás S.A., que efetua o pagamento de parte do combustível utilizado pela RAESA diretamente à Petrobras Distribuidora, com o objetivo de possibilitar a cobertura de percentuais pré-estabelecidos do custo do combustível utilizado pelas usinas termelétricas por meio de contribuições mensais realizadas por todos os agentes do setor elétrico que comercializam energia elétrica com consumidores finais.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota Explicativa nº 27.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015***(Em milhares de Reais)***9. Adiantamentos a fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Engevix Engenharia S.A.	103	103	103	103
GTel Grupo Tec. de Eletromecânica Ltda (1)	-	-	2.016	2.016
Somax Ambiental & Acústica Ltda.	-	-	522	522
Wartsila Switzerland	-	-	809	-
International Chamber of Commerce	496	425	496	425
Nova Energia Serviços Ltda.	450	450	450	450
Outros	75	71	217	211
Total	1.124	1.049	4.613	3.727
Circulante	1.002	927	1.824	939
Não Circulante	122	122	2.789	2.788

(1) Refere-se a adiantamento concedido à empresa GTEL Companhia Técnico de Eletromecânica, a título dos serviços de montagem eletromecânica a serem prestados nas UTEs de Sapeaçu (Termelétricas Itapebi e Monte Pascoal). Estes valores foram considerados recuperáveis em função de negociação para que os serviços sejam prestados no desenvolvimento de projetos da Companhia.

10. Impostos a recuperar e diferidos**10.1. Impostos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social	4.728	258	39.135	36.089
COFINS	1.281	1.281	4.783	5.039
PIS	278	278	1.039	1.094
Imposto de renda sobre serviços	-	-	8.077	5.481
Contribuição social sobre serviços	-	-	1.979	1.343
ICMS	-	-	872	706
Outros	271	289	371	407
Total	6.558	2.106	56.256	50.159
Circulante	-	-	18.854	11.027
Não Circulante	6.558	2.106	37.402	39.132

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015***(Em milhares de Reais)***10.2. Impostos diferidos - Consolidado**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

O imposto de renda e contribuição social diferidos, incorreram nas seguintes movimentações durante o exercício apresentados:

Movimentação do Imposto de Renda e da Contribuição Social Diferidos Ativos

	Saldo em 31/12/2014	Imposto Diferido s/ diferenças temporárias	Saldo final 30/06/2015	Reconhecido no resultado
Rio Amazonas S.A. - RAESA	1.096	(1.049)	47	(1.049)
2007 Participações S.A	19.255	(1.668)	17.587	(1.668)
Total	20.351	(2.717)	17.634	(2.717)

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Passivos

	Saldo final 31/12/2014	Imposto diferido sobre diferenças temporárias	Saldo final 30/06/2015	Reconhecido no resultado
2007 Participações S.A.	(43.080)	2.085	(40.995)	2.085
Rio Amazonas S.A.	(1.816)	1.816	-	1.816
Total	(44.896)	3.901	(40.995)	3.901

Os saldos constantes na linha de Impostos diferidos ativos e passivos é basicamente representado pelo ajuste do valor justo na controlada Rio Amazonas Energia S.A.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015***(Em milhares de Reais)***11. Investimentos****11.1. Composição de saldo**

	Controladora	
	30/06/2015	31/12/2014
New Energy Options Geração de Energia S.A.	-	14.737
Termelétrica Monte Pascoal S.A	1.196	1.244
Ágio na aquisição de investimentos (1)	91.715	91.715
Total	92.911	107.696

(1) Refere-se ao ágio apurado da combinação de negócios da controlada 2007 Participações S.A. no valor de R\$76.212 e o ágio apurado na aquisição da controlada New Energy Options Geração de Energia S.A. no valor de R\$15.503, conforme nota explicativa nº 14.

11.2. Composição do Investimento

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2014	Resultado de equivalência patrimonial	Transferência p/o Passivo a Descoberto	Saldo em 30/06/2015
New Energy Options Geração de Energia S.A.	14.737		(14.737)	-
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	1.244	(48)	-	1.196
	<u>15.981</u>	<u>(48)</u>	<u>(14.737)</u>	<u>1.196</u>

11.3. Composição da provisão para passivo a descoberto

A provisão para passivo a descoberto é composta pelo valor do patrimônio líquido negativo das investidas na data de encerramento do exercício, conforme apresentado abaixo:

	Controladora				
	PL negativo em 31/12/14	Resultado de Equivalência Patrimonial	Ajuste entre contas	Baixa de Investimentos	PL negativo em 30/06/15
2007 Participações S.A.	(150.950)	(19.055)	-	(808)	(170.813)
New Energy Op. Ger.de Energia S.A.	-	(23.536)	14.737	-	(8.799)
Cia Energética Uruguai - CEU	(1.819)	-	-	-	(1.819)
Termelétrica Itapebi S.A.	(21.862)	(4.014)	-	-	(25.876)
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	(653)	(22)	-	-	(675)
Termelétrica Termopower V S.A.	(198)	29	(35)	-	(204)
Termelétrica Termopower VI S.A.	(207)	39	35	-	(133)
Total	<u>(175.689)</u>	<u>(46.559)</u>	<u>14.737</u>	<u>(808)</u>	<u>(208.319)</u>

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015***(Em milhares de Reais)***Consolidado**

	PL negativo em 31/12/14	Resultado de Equivalência Patrimonial	Ajuste entre Contas	PL negativo em 30/06/15
New Energy Op. Ger.de Energia S.A.	-	(23.536)	14.737	(8.799)
Cia Energética Uruguai - CEU	(1.819)	-		(1.819)
Total	(1.819)	(23.536)	14.737	(10.618)

11.4. Movimentação do Saldo do ágio na controladora

	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 30/06/2015
Investida		
2007 Participações S.A.	76.212	76.212
New Energy Options S.A. (NEO)	15.503	15.503
	<u>91.715</u>	<u>91.715</u>

11.5. Informações das Investidas

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas e controladas em conjunto.

As informações apresentadas abaixo não foram ajustadas pelo percentual de Participação mantido pela Companhia em suas Investidas.

	Part.	Qde de ações	Ativos Circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Receita	Despesas	Resultado líquido do exercício
31/12/2014												
2007 Participações S.A.	99,99%	99.999	176.571	440.059	616.630	349.785	417.794	767.579	(150.949)	84.280	(113.654)	(29.374)
New Energy Options Ger. de Energia S.A.	80%	360.000	162.748	899.842	1.062.590	51.357	992.811	1.044.168	18.422	161.654	(207.911)	(46.257)
Termelétrica Itapebi S.A.	100%	1.368.999	436	23.264	23.700	7.984	37.579	45.563	(21.863)	3.159	(37.764)	(34.605)
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100%	1.728.999	144	5.075	5.219	1.489	2.487	3.976	1.243	2	(718)	(716)
Companhia Energética Uruguai - CEU	71%	710	0	10.668	10.668	721	12.509	13.230	(2.562)	-	(4)	(4)
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100%	990	1	6	7	604	56	660	(653)	-	(40)	(40)
Termelétrica Termopower V S.A.	100%	990	24	1	25	60	198	258	(233)	2	(202)	(200)
Termelétrica Termopower VI S.A.	100%	990	25	0	25	61	137	198	(173)	2	(128)	(126)

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015

(Em milhares de Reais)

	Part.	Qde de ações	Ativos Circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Receita	Despesas	Resultado líquido do exercício
30/06/2015												
2007 Participações S.A.	99,99%	99.999	181.212	430.644	611.856	451.597	331.072	782.669	(170.813)	42.752	(62.616)	(19.864)
New Energy Options Ger. de Energia S.A.	80%	360.000	165.028	879.717	1.044.745	258.319	797.425	1.055.744	(10.999)	82.845	(112.265)	(29.420)
Termelétrica Itapebi S.A.	100%	1.368.999	399	23.265	23.664	8.318	41.223	49.541	(25.877)	4.320	(8.334)	(4.014)
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100%	1.728.999	143	5.075	5.218	1.415	2.608	4.023	1.195	1	(49)	(48)
Companhia Energética Uruguai - CEU	71%	710	0	10.668	10.668	721	12.509	13.230	(2.562)	-	-	-
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100%	990	0	6	6	605	76	681	(675)	1	(23)	(22)
Termelétrica Termopower V S.A.	100%	990	32	0	32	1	235	236	(204)	61	(32)	29
Termelétrica Termopower VI S.A.	100%	990	34	0	34	2	165	167	(133)	61	(22)	39

As controladas da Companhia não têm suas ações negociadas em bolsa de valores.

As informações das controladas são incluídas nas informações consolidadas a partir da data em que o controle inicia até a data em que deixa de existir, exceto, as controladas com controle compartilhado (joint ventures), que passaram a aplicar a nova redação do CPC 18, CPC 36 e ICPC 09.

11.6. Comprometimento de capital

As eventuais garantias necessárias para que a investida New Energy Options Geração de Energia S.A. execute seu objeto social serão obtidas unicamente pela Multiner mediante contra garantia da outra acionista, Eólica Administração e Participação Ltda., proporcionalmente a sua participação no capital social. A Multiner também tem o compromisso de garantir empréstimos à Eólica quando for necessário realizar aumento de capital para fins de cumprimento do objeto social da investida, aportando em nome desta os recursos necessários.

A Multiner tem compromisso, firmado através de acordo de acionistas, de aportar o total de R\$ 8.094 na Companhia Energética do Uruguai S.A., dos quais R\$ 7.026 já foram aportados. A Companhia entende que o aporte restante na CEU não será realizado, em função do objetivo de vender sua parte desse ativo e recuperar o valor já aportado.

A Multiner concedeu mandato de representação para a Estelar Engenheiros Associados Ltda., com a finalidade de promover a intermediação de negociações, visando a venda da totalidade das ações da Cia Energética do Uruguai S.A.

12. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento consistem de terrenos, no município de Sapeaçu, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi, cujas licenças de instalação e localização foram revogadas, terreno localizado em Cabo de Santo Agostinho e outro terreno na área rural de Santa Rita no Estado da Paraíba, que a Administração ainda está avaliando a sua melhor utilização.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015***(Em milhares de Reais)*

	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	30/06/2015	31/12/2014
Sapeaçu/BA	667	667
Cabo de Santo Agostinho/PE	2.029	2.029
Santa Rita/PB	2.602	2.602
	5.298	5.298

A Administração decidiu por manter estas propriedades avaliadas pelo custo.

13. Imobilizado

	Controladora								
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática e comunicação	Total			
Custo									
Saldo em 31 de dezembro de 2014	425	20	131	28	284	888			
Adições	84	-	-	-	1	85			
Baixas	-	-	(2)	-	-	(2)			
Saldo em 30 de junho de 2015	509	20	129	28	285	971			
Depreciação									
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(337)	(11)	(65)	(18)	(203)	(634)			
Adições	(47)	(1)	(4)	(1)	(12)	(65)			
Baixas	-	-	1	-	-	1			
Saldo em 30 de junho de 2015	(384)	(12)	(68)	(19)	(215)	(698)			
Valor contábil									
Em 31 de dezembro de 2014	88	9	66	10	81	254			
Em 30 de junho de 2015	125	8	61	9	70	273			
	Consolidado								
	Terrenos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática e comunicação	Imobilizado em andamento	Ajuste ao valor recuperável	Total
Custo									
Saldo em 31 de dezembro de 2014	67	425	20	142	28	288	74.120	(48.387)	26.703
Adições	-	85	-	-	-	1	-	-	86
Baixas	-	-	-	(2)	-	-	-	-	(2)
Saldo em 30 de junho de 2015	67	510	20	140	28	289	74.120	(48.387)	26.787
Depreciação									
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	(337)	(11)	(69)	(18)	(206)	-	-	(641)
Adições	-	(47)	(1)	(5)	(1)	(12)	-	-	(66)
Baixas	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Saldo em 30 de junho de 2015	-	(384)	(12)	(73)	(19)	(218)	-	-	(706)
Valor contábil									
Em 31 de dezembro de 2014	67	88	9	73	10	82	74.120	(48.387)	26.062
Em 30 de junho de 2015	67	126	8	67	9	71	74.120	(48.387)	26.081

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015

(Em milhares de Reais)

Em 30 de junho de 2015 a administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável além das provisões já efetuadas.

14. Intangível

a. Composição do saldo

O intangível é composto pelo ágio na aquisição de investimentos permanentes e por gastos relativos a desenvolvimento de projetos que irão gerar valor econômico futuro para a Companhia, demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Ágio na aquisição de investimentos (i)	-	-	91.715	91.715
Contrato de compra de energia (ii)	-	-	120.574	126.706
Projeto Iraí (iii)	254	254	254	254
Software	58	71	64	77
Obras de Arte	-	-	34	34
	<u>312</u>	<u>325</u>	<u>212.641</u>	<u>218.786</u>

(i) *Ágio apurado na aquisição de Investimentos Permanentes:*

Ágio apurado na aquisição da New Energy Options

A Multiner realizou projeções financeiras para as usinas Alegria I e II, considerando diversos cenários econômicos. Tais estimativas levaram em consideração a receita pela venda de energia, de acordo com os contratos de compra e venda já celebrados, e os custos estimados para a construção e operação de tais usinas. O valor presente dos fluxos de caixa, que são parte dessas projeções, foi apurado considerando-se uma taxa de desconto de 13% a.a. e prazo de projeção dos resultados de 20 anos, de acordo com os contratos de venda de energia. O ágio apurado foi de R\$15.503.

Ágio apurado na aquisição da 2007 Participações

Em 10 de dezembro de 2010, a Multiner S.A. passou a deter 96,04% do capital social da 2007 Participações S.A. Foram efetuadas projeções financeiras para a usina UTE Cristiano Rocha, empreendimento da RAESA, considerando diversos cenários econômicos. Tais estimativas levaram em consideração a receita pela venda de energia, de acordo com os contratos de compra e venda de energia, já celebrados, e os custos estimados para a construção e operação de tais usinas. O valor presente dos fluxos de caixa, que são parte dessas projeções, foi

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015***(Em milhares de Reais)*

apurado considerando-se uma taxa de desconto de 11% a.a., e o prazo remanescente de 11 anos do contrato de venda de energia. O ágio apurado para os 96,04% das ações já efetivamente transferidas foi de R\$ 76.212.

- (ii) Refere-se ao valor presente do contrato de compra de energia firmado entre a Rio Amazonas Energia S.A e Amazonas Distribuidora de Energia S.A., registrado nas demonstrações financeiras consolidadas em função da combinação de negócios.
- (iii) Projeto Iraí: Refere-se a 71% dos investimentos realizados pela Companhia Energética do Uruguai S/A em estudos de revisão de inventário e de viabilidade técnico-econômica, para implantação de uma usina hidrelétrica a ser construída no rio Uruguai. Após a conclusão desses estudos, o mesmo será encaminhado à ANEEL para que seja realizado leilão para a concessão da construção e operação da usina. Caso a Multiner e suas associadas nesse empreendimento não sejam vencedoras nesse leilão, a Administração entende que os gastos na elaboração dos estudos de aproveitamento hídrico referentes à usina hidrelétrica de aproximadamente 330 MW serão ressarcidos.

Movimentação do intangível

	Prazos de vida útil	Custo Controladora			
		Saldo em 31/12/2014	Aquisições	Baixas	Saldo em 30/06/2015
Software	5 anos	168	-	-	168
Custos de desenvolvimento	indefinida	254	-	-	254
		422	-	-	422

	Amortização Controladora			
	Saldo em 31/12/2014	Aquisições	Baixas	Saldo em 30/06/2015
Software	(97)	(13)	-	(110)
	325	(13)	-	312

	Prazos de vida útil	Custo Consolidado			
		Saldo em 31/12/2014	Aquisições	Baixas	Saldo em 30/06/2015
Software	5 anos	245	2	-	247
Obras de Arte	indefinida	34	-	-	34
Custos de desenvolvimento	indefinida	254	-	-	254
Ágio	indefinida	91.715	-	-	91.715
Contrato de compra de energia	20 anos	167.534	-	-	167.534
		259.782	2	-	259.784

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015***(Em milhares de Reais)*

	Amortização Consolidado			Saldo em 30/06/2015
	Saldo em 31/12/2014	Aquisições	Baixas	
Software	(168)	(15)	-	(183)
Contrato de compra de energia	(40.828)	(6.132)	-	(46.960)
	(40.996)	(6.147)	-	(47.143)
	218.786	(6.145)	-	212.641

15. Empréstimos e Financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

Conversão Obrigatória

Conforme item (f) 2.2.2 do primeiro aditivo ao Contrato de Reorganização e de Financiamento da Multiner S.A., o valor de R\$ 67.075, referem-se a obrigatoriedade da conversão de dívidas em capital, após concluída a listagem da Multiner S.A no segmento Bovespa Mais.

Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa nº 27. As obrigações por empréstimos e financiamentos líquidas do custo de captação são representadas como segue:

	Encargos anuais (*)	Controladora	
		30/06/2015	31/12/2014
Capital de giro (R\$)	16,73%	4.976	4.565
Capital de giro (R\$) - Conversão Obrigatória	16,73%	9.953	9.130
		14.929	13.695
Circulante		-	13.695
Não Circulante		14.929	-
Financiamentos de curto prazo denominados em reais	Encargos anuais (*)	Consolidado	
		30/06/2015	31/12/2014
Capital de giro (R\$)		-	4.565
Capital de giro (R\$) – Conversão Obrigatória		-	9.130
Financiamento de Investimento (R\$)	16,85%	203.328	160.462
Financiamento de Invest. (R\$) – Conversão obrigatória	16,83%	57.122	-
		260.450	174.157

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015***(Em milhares de Reais)*

Financiamentos de longo prazo denominados em reais	Encargos anuais (*)	Consolidado	
		30/06/2015	31/12/2014
Capital de giro (R\$)	16,73%	4.976	-
Capital de giro (R\$) – Conversão Obrigatória	16,73%	9.953	-
Financiamento de investimento (R\$)	16,09%	294.856	324.644
Financiamento de invest. (R\$) - Conversão Obrigatória	16,09%	-	52.060
		<u>309.785</u>	<u>376.704</u>

Quadro resumo dos empréstimos e financiamentos por indexador de origem:

Financiamentos de curto prazo denominados em reais	Encargos anuais (*)	Consolidado	
		30/06/2015	31/12/2014
IGPM	16,85%	203.328	165.027
IGPM - Conversão Obrigatória	16,83%	57.122	9.130
		260.450	174.157

Financiamentos de longo prazo denominados em reais	Encargos anuais (*)	Consolidado	
		30/06/2015	31/12/2014
IGPM	16,09%	299.832	324.644
IGPM - Conversão Obrigatória	16,73%	9.953	52.060
		309.785	376.704

(*) Custo médio ponderado da variação do IGP-M/CDI desde a concepção da dívida até a presente data, acrescidos dos juros médios ponderados.

O cronograma de pagamento das parcelas de curto e longo prazos dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

	Controladora	
	30/06/2015	31/12/2014
2015	-	13.695
2016	14.929	-
	<u>14.929</u>	<u>13.695</u>

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015***(Em milhares de Reais)*

	Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014
2015	147.033	174.157
2016	135.923	112.850
2017	19.340	17.762
2018	21.560	19.802
2019	23.284	21.386
2020	25.147	23.096
2021 em diante	197.948	181.808
	<u>570.235</u>	<u>550.861</u>

Covenants

Em 14 de julho de 2014, a Companhia e suas subsidiárias encerraram a reestruturação financeira iniciada em meados de 2012. As CCBs das subsidiárias possuem determinadas cláusulas restritivas (*covenants*) que, com esta reestruturação financeira, considera-se que todas as CCBs estão vigentes e não tiveram vencimento antecipado formalizado. Esses acordos assumidos com os credores resultaram em alongamento de prazos, diminuição de taxas e conversão de parte da dívida em capital, afetando os índices de forma significativa. Em Assembleia Geral de Debenturistas – AGD realizada em 15 de abril de 2014, a Companhia obteve anuência dos titulares das debêntures de 2ª emissão quanto ao não cumprimento de *covenants*. Nesta mesma data foram liquidadas ou convertidas em capital 149 de 167 debêntures em circulação.

Garantias dos financiamentos

As seguintes garantias foram fornecidas aos credores em função das operações de financiamento da Companhia:

- Cessão dos direitos creditórios dos empreendimentos;
- Alienação fiduciária dos equipamentos;
- Fianças bancárias;
- Seguro de conclusão das obras;
- Aplicações financeiras;
- Penhor dos direitos emergentes da resolução autorizativa e dos contratos de compra e venda de energia dos seus empreendimentos;
- Penhor das ações da Sociedade;
- Fiança dos acionistas; e
- Hipoteca do Terreno da RAESA no valor de R\$ 630.

A controlada Rio Amazonas S.A. tem passivo vencido de CCBs de aprox. R\$ 50.320, valor que não considera as CCBs de titularidade da Multiner S.A.

Vide quadro de maturidade dos financiamentos, considerando valor nominal e incluindo juros a vencer, na Nota Explicativa nº 27.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015***(Em milhares de Reais)*

Conforme o acordo de reorganização financeira da Multiner, fechado em março de 2012, no momento do fechamento da operação de reestruturação financeira da Multiner, que ocorreu em julho de 2014, as CCB's da Controlada New Energy com vencimento a partir de fevereiro de 2012, terão carência de até 5 anos no pagamento dos valores de principal e as CCB's da Controlada RAESA tem vencimento à partir de 31 de janeiro de 2015.

Em 15 de julho de 2014, 100% dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures da Companhia, deliberaram por unanimidade o seguinte: i) alterar a data do vencimento e remuneração anual para 1º de julho de 2015; ii) autorizar o agente fiduciário a tomar as providências necessárias, visando ao cumprimento das deliberações dessa Assembléia;

A Emissora esclareceu que recomprou 149 (cento e quarenta e nove) debêntures pelo preço unitário calculado pela CETIP de titularidade da Fundação Petrobrás de Seguridade Social PETROS. Eletra – Fundação CELG de Seguros e Previdência, FI Renda Fixa Ipiranga, FIM Crédito Privado Salus e Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER, restando 18 (dezoito) Debêntures em Circulação.

Em 11 de junho de 2015, através de AGD, 100% dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures da Companhia, deliberaram por unanimidade e sem ressalvas o seguinte: i) aditar a Cláusula 4.10 da Escritura Particular de Emissão de Debêntures, não Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante da 2ª Emissão de Debêntures da Multiner S.A., alterando a data de vencimento para 1º de julho de 2016. Desta forma não haverá pagamento de juros em 1º de julho de 2015, mas somente na nova data de vencimento e ii) autorizar o Agente Fiduciário a tomar as providências necessárias, visando ao cumprimento das deliberações dessa Assembleia.

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Ativa Engenharia e Participações Ltda	113	113	113	113
Caterpillar Motoren GMBH & Co.	-	-	7.400	6.901
Davis Polk & Wardwell	429	367	429	367
EMPA S.A. Serviços de Engenharia	-	-	4.477	4.477
Engevix Engenharia S.A.	-	-	684	684
Machado Meyer Sendacz e Poice Advogados	283	283	283	283
Medabil Sistemas Construtivos S.A.	-	-	723	723
Petrobras Distribuidora S.A. (a)	-	-	136.372	135.219
Wartsila Brasil Ltda.	-	-	8.766	9.526
Wartsila Finland	-	-	4.178	3.896
Wartsila Switzerland	-	-	4.721	3.700
Outros	468	283	1.328	1.514
Total	1.293	1.046	169.474	167.402
Circulante	1.293	1.046	166.100	164.028
Não circulante	-	-	3.374	3.374

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015***(Em milhares de Reais)*

- (a) Destaca-se o valor a pagar a Petrobras Distribuidora, referente ao consumo de combustível da investida RAESA, a ser reembolsado pela Eletrobrás (via a conta de CCC) e pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A., conforme destacado na Nota Explicativa nº8.

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a fornecedores é divulgada na Nota Explicativa nº 27.

17. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
IRPJ	1.676	-	1.678	-
ICMS	-	-	5.346	2.880
IOF	365	398	491	502
Parcelamentos de ICMS(1)	-	-	20.491	24.024
Parcelamento ITR	143	-	143	-
Outros	615	10	1.129	828
Total	2.799	408	29.278	28.234
Circulante	2.685	408	17.859	12.689
Não Circulante	114	-	11.419	15.545

- 1) O valor de R\$ 20.491 no consolidado, refere-se substancialmente ao ICMS devido pela controlada Rio Amazonas Energia S.A. – RAESA que, em dezembro de 2012, foi negociado junto à Secretaria de Estado de Fazenda do Amazonas para parcelamento (saldo inicial no valor de R\$ 46.321).

18. Transações com partes relacionadas***Remuneração de pessoal-chave da administração***

Os administradores apresentados na nota a seguir são os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

De acordo com a Lei nº 6.404/76 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

O impacto da remuneração dos administradores da Companhia no resultado do período findo em 30 de junho de 2015 e 30 de junho de 2014 está apresentado no quadro abaixo:

Controladora**Consolidado**

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015***(Em milhares de Reais)*

	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Administradores (pró-labore)	809	404	822	417
Conselho de Administração/Fiscal (Honorários)	388	383	388	383
Comitê Financeiro (Honorários)	-	43	-	43
Total	1.197	830	1.210	843

Controladora

A Companhia está sob a gestão da Bolognesi Participações S.A, conforme estatuto de fechamento de 03 de junho de 2015 .

Segue resumo das operações e saldos com empresas relacionadas:

Classificação	Descrição	Data de Vencimento ou prazo	Condição de rescisão ou término	Vínculo	Parte Relacionada	Controladora		Consolidado	
						30.06.2015	31.12.2014	30.06.2015	31.12.2014
Ativo Não Circulante:									
Contas a Receber	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Joint Venture	Eólica Adm. e Par.t Ltda	46.246	44.432	46.246	44.432
Contas a Receber	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Cia Energerica do Uruguai S.A.	2.421	2.420	2.421	2.420
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Term Elétrica Itapebi S.A.	3.621	2.311	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Term. Elétrica Monte Pascoal S.A.	897	776	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Cia Energerica do Uruguai S.A.	7.026	7.026	7.026	7.026
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Pernambuco IV S.A.	77	56	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	2007 Participações S.A.	11	1	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Termopower V	235	198	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Termopower VI	165	137	-	-
Valores a Receber	Aporte de capital	Indeterminado	Inexistente	Joint Venture	Eólica Adm e Part Ltda	16.010	15.113	16.010	15.113
Contrato de Mútuo	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Acionista	Bolognesi Participações S/A (a)	186.879	175.923	186.879	175.923
Contrato de Mútuo	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Controlada	New Energy Options S.A.	29.529	39.184	29.529	39.184
Contrato de Mútuo	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Parte Relacionadas	Central Energética Palmeiras S.A.	44.867	42.236	44.867	42.436
Contrato de Mútuo	Pagamento Despesas	Indeterminado	Inexistente	Parte Relacionada	Termelétrica Pernambuco III S.A.	13.209	12.434	13.209	12.434
Contrato de Mútuo	Repasse Créditos Wartsilla	Indeterminado	Inexistente	Parte Relacionada	Termeletrica Pernambuco III S.A.	9.642	9.077	9.642	9.077
Contas a Receber	Assunção de Dívida	Indeterminado	Inexistente	Acionista	Bolognesi Participações S/A(b)	30.765	28.962	30.765	28.962
Não Circulante:						391.600	380.286	386.594	376.807
						Controladora	Consolidado		

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015***(Em milhares de Reais)*

Classificação	Descrição	Data de Vencimento ou prazo	Condição de rescisão ou término	Vínculo	Parte Relacionada	30.06.2015	31.12.2014	30.06.2015	31.12.2014
Passivo Circulante:									
Contas a pagar		Indeterminado	Inexistente	Pessoa chave	Eólica Tecnologia S.A.	-	-	10	10
					Circulante:	-	-	10	10
Passivo Não Circulante:									
Dividas com pessoas ligadas	Contratos de mútuos	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Rio Amazonas Energia S.A.	66.248	62.498	-	-
					Não Circulante:	66.248	62.498	-	-
Resultado do Período						30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Parte Relacionada	Termelétrica Pernambuco III S.A.	1.340	250	1.340	250
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	New Energy Options	2.066	-	2.066	-
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Acionista	Bolognesi Participações S/A	12.760	9.180	12.760	9.180
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Parte Relacionada	Central Energetica Palmeira	2.630	-	2.630	-
Contas a receber		Indeterminado	Inexistente	Joint Venture	Eólica Administração e Participações LTDA	2.711	2.142	2.711	2.142
Despesas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	New Energy Options	-	(36)	-	(36)
Despesas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Rio Amazonas Energia S.A.	(3.834)	(2.359)	-	-
					Resultado:	17.673	9.177	21.507	11.536

(a) O valor de R\$ 186.879 é referente ao contrato de mútuo entre Multiner S.A. e a controladora Bolognesi Participações S.A. cujo valor principal é de R\$ 150.000 e juros de R\$ 36.879. Esse valor será utilizado quando da capitalização indireta de Mesa S.A., conforme cláusula 2.2.2.1 do primeiro aditivo ao contrato de reorganização e financiamento da Multiner S.A., assinado em 14 de julho de 2014.

(b) Trata-se da assunção de dívida dos antigos sócios da Companhia no valor de R\$ 30.765, sendo R\$23.542 de principal e juros de R\$ 7.223.

19. Provisão para contingências

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015

(Em milhares de Reais)

A Companhia e suas controladas são parte em ações de naturezas cíveis e regulatórias. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, segregou as chances de êxito nesses processos entre provável e possível.

As causas foram classificadas como provável quando, na avaliação da Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a causa em discussão. Para essas causas, uma provisão para contingências foi constituída no valor total da causa.

As causas foram classificadas como possíveis quando, na avaliação da Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia não admite a obrigação, por entender que existem fortes argumentos de defesa. Nesses casos, a Administração considera que é improvável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a causa em discussão, ou que o valor da saída de recursos não pode ser estimado com confiança, por ainda depender de eventos futuros relevantes. Para essas causas, nenhuma provisão foi constituída.

Risco provável

Empresa	Descrição dos processos	Controladora		Consolidado	
		30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Itapebi	Ação de Cobrança, pelo rito ordinário fundamentada no inadimplemento do protocolo de intenções firmado entre a Medabil e a Itapebi para a celebração do contrato de fornecimento e montagem de materiais.	-	-	1.336	1.336
Itapebi	Provisão processo Arbitragem Caterpillar AG (a)	-	-	34.603	32.270
Multiner	Contingências trabalhistas diversas (b)	1.348	1.564	1.385	1.564
		<u>1.348</u>	<u>1.564</u>	<u>37.324</u>	<u>35.170</u>

a) A Companhia realizou a provisão de € 10,000,000.00 em relação ao processo de Arbitragem da Caterpillar, cujo valor arbitrado foi de € 5.175.651,00 em desfavor da Companhia. Todavia, para tal saldo devedor deve ser acrescentado juros diários de € 1.276,00.

b) O valor de R\$ 1.385 de provisão de contingências trabalhistas é referente a processos da antiga gestão.

Risco possível

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015***(Em milhares de Reais)*

Empresa	Descrição dos processos	<u>Controladora</u> 30/06/2015	<u>Consolidado</u> 30/06/2015
Monte Pascoal	Aplicação de Penalidade pela ANEEL referente revogação da outorga por descumprimento do cronograma e obrigações. Obtida decisão liminar suspendendo a execução do seguro-garantia, até a apuração pela ANEEL, do efetivo prejuízo ocasionado pela não implantação do empreendimento.	-	20.367
Itapebi	Aplicação de Penalidade pela ANEEL referente revogação da outorga por descumprimento do cronograma e obrigações. Obtida decisão liminar suspendendo a execução do seguro-garantia, até a apuração pela ANEEL, do efetivo prejuízo ocasionado pela não implantação do empreendimento.	-	20.367
Multiner	Aplicação de Penalidade pela ANEEL referente revogação da outorga por descumprimento do cronograma e obrigações da UTE Pernambuco IV. Obtida decisão liminar suspendendo a execução do seguro-garantia, até a apuração pela ANEEL, do efetivo prejuízo ocasionado pela não implantação do empreendimento.	32.938	32.938
2007/Raesa	Processo administrativo em andamento junto à distribuidora Amazonas Energia em razão do atraso na conversão da usina para operação bicomustível, em fase de contraditório. Apresentada defesa com base (i) na ausência de mora contratual pelo atraso, uma vez que não deu causa à mora, (ii) ausência de obrigação contratual entre RAESA e Amazonas Energia, e (iii) a inexistência de relação contratual entre CIGÁS – fornecedora e a RAESA. Defesa administrativa apresentada, tendo sido obtida decisão judicial liminar suspendendo a cobrança do valor correspondente ao gás, que a AME pretendia glosar na fatura.	-	21.393
Termopower V e VI	Aplicação de penalidade pela ANEEL referente à revogação da outorga por descumprimento de cronograma e obrigação. Obtida decisão liminar suspendendo a execução do seguro-garantia até a apuração pela ANEEL, do efetivo prejuízo ocasionado pela não implantação dos empreendimentos.	-	32.000
Monte Pascoal	Com a suspensão dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados e, com a revogação da outorga do empreendimento, as distribuidoras pretendem a rescisão contratual com pagamento de multa. Foi obtida decisão liminar em processo judicial, já transitada em julgado, garantindo a proteção dos interesses da Cia no sentido de descaracterizar o pretense prejuízo sofrido pelas distribuidoras, haja vista ser notório ao setor elétrico que o mercado de distribuição de energia estava sobrecontratado à época da suspensão. O mecanismo para comprovar tal argumentação e, portanto, a ausência de multa rescisória de natureza compensatória, é a arbitragem. Processo arbitral iniciado, em fase de contraditório, com decisão proferida pelo Tribunal Arbitral em 05/07/2013, determinando o depósito cautelar equivalente a R\$12 milhões pelas requerentes, recuperado em maio de 2013 e, a suspensão pelas distribuidoras, de todas as ações de cobrança ajuizadas até então.	-	35.000

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015***(Em milhares de Reais)*

Itapebi	Com a suspensão dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados e, com a revogação da outorga do empreendimento, as distribuidoras pretendem a rescisão contratual com pagamento de multa. Foi obtida decisão liminar em processo judicial, já transitada em julgado, garantindo a proteção dos interesses da Cia no sentido de descaracterizar o pretense prejuízo sofrido pelas distribuidoras, haja vista ser notório ao setor elétrico que o mercado de distribuição de energia estava sobrecontratado à época da suspensão. O mecanismo para comprovar tal argumentação e, portanto, a ausência de multa rescisória de natureza compensatória, é a arbitragem. Processo arbitral iniciado, em fase de contraditório, com decisão proferida pelo Tribunal Arbitral em 05/07/13, determinando o depósito cautelar equivalente a R\$12 milhões pelas requerentes, recuperado em maio de 2013 e, a suspensão pelas distribuidoras, de todas as ações de cobrança ajuizadas até então.	-	35.000
Multiner	Com a suspensão dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados e, com a revogação da outorga do empreendimento, as distribuidoras pretendem a rescisão contratual com pagamento de multa. Foi obtida decisão liminar em processo judicial, já transitada em julgado, garantindo a proteção dos interesses da Cia no sentido de descaracterizar o pretense prejuízo sofrido pelas distribuidoras, haja vista ser notório ao setor elétrico que o mercado de distribuição de energia estava sobrecontratado à época da suspensão. O mecanismo para comprovar tal argumentação e, portanto, a ausência de multa rescisória de natureza compensatória, é a arbitragem. Processo arbitral iniciado, em fase de contraditório, com decisão proferida pelo Tribunal Arbitral em 05/07/2013, determinando o depósito cautelar equivalente a R\$12 milhões pelas requerentes, recuperado em maio de 2013 e, a suspensão pelas distribuidoras, de todas as ações de cobrança ajuizadas até então.	35.000	35.000
Total		<u>67.938</u>	<u>232.065</u>

Existem ainda alguns processos possíveis de perda, de natureza cível e ambiental, cujo montante é de R\$ 11.053.

20. Patrimônio líquido**a. Capital subscrito e integralizado**

O capital subscrito e integralizado em 30 de junho de 2015 é de 855.822 (R\$ 855.811 em 31 de dezembro de 2014), composto por 12.199.917 ações, sendo 6.369.144 ordinárias e 5.830.773 ações preferenciais. Todas as ações emitidas foram integralizadas. Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a composição acionária era a seguinte:

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015***(Em milhares de Reais)*

Acionistas	Qde Total	EO	EPD	EPC	EPB	EPA
Bolognesi Energia S.A.	2.610.222	2.610.220	1	1	-	-
Brasilterm Energia S.A.	920.564	920.564	-	-	-	-
Multiner Fundo de Invest. em Participações	8.669.131	2.838.360	-	-	5.397.211	433.560
	<u>12.199.917</u>	<u>6.369.144</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>5.397.211</u>	<u>433.560</u>

31/12/2014						
Acionistas	Qde Total	EO	EPD	EPC	EPB	EPA
Bolognesi Participações S.A.	2.413.596	2.413.594	1	1	-	-
Multiner Fundo de Invest. em Participações	5.187.644	1.488.360	-	-	3.048.944	650.340
	<u>7.601.240</u>	<u>3.901.954</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>3.048.944</u>	<u>650.340</u>

Em 28 de março de 2012, JABR Participações S.A, Cia 44 de Negócios S.A., Companhia de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria como “Vendedores” e a Bolognesi Participações S.A. como “Compradora” celebram o contrato de compra e venda de ações para alienação da totalidade das ações da Multiner e suas Controladas. Nos termos desse contrato a operação tem como objetivo (a) o refinanciamento das dívidas da Companhia; (ii) a capitalização da Companhia de modo a preservar o valor de seus ativos e, por conseguinte, do investimento dos seus acionistas e (iii) a transferência do controle acionário da Companhia para o Grupo Bolognesi.

Ainda em 28 de março de 2012, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, ocorreram as seguintes deliberações: (i) aprovar o cancelamento das 52.148 ações preferenciais resgatáveis de emissão da Companhia que, à época, eram mantidas em tesouraria (ii) aprovar a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em circulação em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, na proporção de 1:1; (iii) considerando (a) a total integralização do atual capital social da Companhia e (b) a necessidade de capitalização da Companhia para efetiva execução do seu objeto social, aprovar o aumento de capital social da Companhia por meio de subscrição de novas ações, nas seguintes condição: Valor do aumento de R\$ 391.636 sendo deste valor integralização imediata de R\$ 99.999 e o saldo restante equivalente a R\$ 291.636 integralizado em dinheiro conforme chamadas de capital que foram realizadas pelo Conselho de Administração e condicionadas à prévias autorizações especificadas na AGE.

Em 28 de setembro de 2012, conforme “Termo de Fechamento”, as ações dos antigos acionistas, Cia 44 de Negócios S.A., JABR Participações S.A., Cia de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria, passaram a ser de propriedade da Bolognesi Participações S.A. que se tornou a partir desta data controladora da Multiner S.A. No entanto na Custódia do Banco Itaú S.A., ainda consta os antigos sócios, pois as ações estão em garantia dos debenturistas.

Em 18 de julho de 2013 os detentores de debêntures de 2ª emissão, aprovaram pela substituição de titularidade das ações da Multiner S.A. em garantia, que representavam a maioria das ações dos antigos sócios.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015

(Em milhares de Reais)

Em 27 de dezembro de 2013 foi aportado na Companhia o valor de R\$ 105.425.574,44 (cento e cinco milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, quinhentos e setenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) para emissão e integralização de 41.829 ações classe A e 588.843 ações classe B, na Multiner S.A. Essa emissão de ações classe A e classe B tem por objetivo equacionar a dívida com credores não quotistas do FIP Multiner (CELOS, CAPAF, ELETRA E METROS), os quais integralizarão novas quotas do FIP Multiner, por meio das conferências desses créditos detidos contra a Companhia, pelo que o FIP Multiner, que passará a ser titular de tais créditos integralizará as ações ora emitidas, mais uma vez por meio da dação desses à companhia, que deverá em seguida efetuar a compensação e cancelamento dos créditos.

Em 14 de julho de 2014, foi assinado o "Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização e de financiamento da Multiner S.A., alterando algumas condições do plano de recapitalização da Companhia, dentre os quais se destacam; (i) aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 208.497, sendo R\$ 152.917 por meio de emissão de 571.405 ações preferenciais subscritas e integralizadas por Multiner Fundo de Investimento em Participações e R\$ 55.580 por meio da emissão de 686.594 ações ordinárias, uma ação preferencial classe C e 1 ação preferencial classe D subscritas e integralizadas por Bolognesi Participações S.A.; (ii) alteração das características de ações preferenciais; (iii) emissão de três lotes de bônus de subscrição e; (iv) outros créditos no valor de R\$ 236.663, serão capitalizados pela conversão de dívidas da Postalís e Fundiágua assim que seja concluída a Listagem da Multiner no Bovespa Mais.

Em 22 de maio de 2015, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária ocorreram as seguintes deliberações: (i) conversão de 216.780 Ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 1.350.000 Ações Ordinárias e 2.348.267 Ações preferenciais da Classe B; (ii) aumento de capital no valor de R\$ 11.171,90, com emissão de 1.117.190 ações ordinárias, pelo preço de R\$ 0,01 por ação, em virtude do exercício do bônus de subscrição pelos Acionistas Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A. e (iii) alteração do Estatuto Social, em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício do bônus de subscrição por Bolognesi Energia S.A e Brasilterm Energia S.A..

Ações preferenciais

Em 2009 a Companhia aumentou seu capital em R\$ 149.526, com emissão de 497.768 ações preferenciais regatáveis. Este aumento de capital gerou reserva de ágio na emissão de ações no montante de R\$ 316.259.

As ações Preferenciais Nominativas Resgatáveis - PNR eram conversíveis em ações ON da Companhia, no quarto ano contado da data de aprovação da sua emissão, que ocorreu em 5 de dezembro de 2008, na proporção de 1:1, isto é, cada ação preferencial poderia ser convertida em uma ação ordinária de emissão da Companhia.

Além do direito de conversão em ações ordinárias descrito acima, essas ações, possuíam direito a dividendos no mínimo 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias, participação integral nos resultados da Companhia em igualdade com as ações ordinárias e preferência em deliberar sobre a conversão das ações preferenciais resgatáveis em ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção de 1:1, caso a Companhia decidisse realizar emissão pública de ações antes do prazo previsto para conversão dessas ações em ações ordinárias.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015

(Em milhares de Reais)

Decorrido o prazo mencionado acima, caso o acionista optasse pela não conversão de suas ações, as mesmas seriam resgatadas pela Companhia, obedecendo a um cronograma de pagamento, que equivalia ao resgate de 1/6 das ações preferenciais resgatáveis, em seis semestres consecutivos contados a partir de 24 de maio de 2013, ao preço que corresponderia ao preço de emissão atualizado pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) acrescido de 9,5% ao ano, desde a data de sua emissão, descontados os valores recebidos a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro rendimento auferido pelas ações preferenciais resgatáveis, também atualizados pelo IGP-M, acrescido de 9,5% ao ano, desde a data do recebimento dessas quantias.

Em 28 de março de 2012, foi autorizada a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, em proporção de 1:1, tendo como titular o Multiner Fundo de Investimento em Participações e que apresentam características similares às antigas ações preferenciais resgatáveis. Tais ações são conversíveis tanto em ordinárias quanto em preferenciais classe B com característica de capital social, esta última, mediante a realização de ações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia que já foram integralmente atendidas.

b. Reserva de capital para investimentos

Essa reserva foi constituída em 31 de dezembro de 2007 e aprovada pelos acionistas da Multiner, conforme AGE da mesma data, com o intuito de promover o aporte de recursos para investimentos.

c. Reserva de ágio na emissão de ações

O montante de R\$ 269.362 é decorrente de ágio apurado através de análise a valor de mercado quando da emissão, em 2009, de ações preferenciais resgatáveis. Em 14 de julho de 2014 conforme primeiro aditivo ao contrato de reorganização e financiamento da Companhia foi realizado o ajuste na conversão das ações preferenciais no valor de R\$196.439. Em 2015 a Companhia deliberará em Assembleia Geral a transferência do valor de R\$ 465.801 ora registrado na conta “Reserva de Ágio” para a conta de “Capital Social”, alterando assim o artigo 5º do Estatuto Social.

d. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001). A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório.

A Companhia não apresentou resultado positivo para base de pagamento de dividendos nos exercícios apresentados.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015***(Em milhares de Reais)***21. Receita operacional**

	Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014
Fornecimento de energia:		
Potência Garantida	50.937	49.729
Operação e Manutenção	12.585	12.299
	<u>63.522</u>	<u>62.028</u>
Deduções:		
PIS	(1.048)	(1.024)
COFINS	(4.828)	(4.714)
ICMS	(15.880)	(15.507)
Leasing Financeiro - RAESA	(15.816)	(15.126)
Outras deduções	(601)	(313)
	<u>(38.173)</u>	<u>(36.684)</u>
Receita líquida de vendas	<u>25.349</u>	<u>25.344</u>

A rubrica “Outras deduções” inclui: Glosa / Penalidade – R\$ 601 (R\$ 313 em 30 de junho de 2014), da controlada RAESA.

O item “Leasing Financeiro” de R\$ 15.816 (R\$ 15.126 em 30 de junho de 2014), é referente a amortização realizada conforme CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil e ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil. O ativo imobilizado da controlada Rio Amazonas S.A. (“RAESA”) se caracterizou como um arrendamento mercantil financeiro, conforme Nota Explicativa nº 29.

A receita da Companhia é substancialmente representada pelo valor de venda de energia no período de janeiro a junho de 2015, pela usina termelétrica Rio Amazonas Energia S.A.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015***(Em milhares de Reais)***22. Despesas gerais e administrativas**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Pessoal	-		(1.759)	(1.536)
Honorários dos administradores	(1.197)	(948)	(1.210)	(961)
Tributárias	(224)	(80)	(559)	(189)
Depreciação/Amortização	(78)	(48)	(6.213)	(5.148)
Consultorias e assessorias em geral	(503)	(899)	(732)	(1.135)
Serviços prestados por pessoa jurídica	(340)	(338)	(354)	(997)
Armazenagem	-	-	(1.040)	(997)
Consultoria jurídica	(76)	(584)	(684)	(618)
Seguros	(48)	(40)	(98)	(90)
Aluguel	(902)	(968)	(918)	(972)
Viagens	(209)	(236)	(236)	(249)
Outras despesas	(655)	(904)	(677)	(1.214)
	<u>(4.232)</u>	<u>(5.045)</u>	<u>(14.480)</u>	<u>(14.106)</u>

23. Custo das vendas

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Operação e manutenção	(5.218)	(6.023)
Óleo lubrificante	(1.278)	(910)
Material de consumo	(25)	(656)
Seguros	(128)	(128)
Aluguel de máquinas e equipamentos	(1.586)	(1.386)
Outros custos	(59)	(51)
	<u>(8.294)</u>	<u>(9.154)</u>

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015***(Em milhares de Reais)***24. Outras despesas/receitas operacionais**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Provisão perda aquisição 2007 Participações S.A.	(808)	(390)	-	-
Provisão/reversão para contingências (1)	(272)	-	(309)	(31.175)
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	(414)	(404)
Despesa com processos trabalhistas/cíveis	(939)	(311)	(940)	(311)
Perda na desativação de bens	(1)	-	(1)	(1.293)
(-) Outras receitas/despesas	488	700	606	705
	<u>(1.532)</u>	<u>(1)</u>	<u>(1.058)</u>	<u>(32.478)</u>

(1) O valor de R\$ 31.175 em 30 de junho de 2014, refere-se basicamente à provisão para perda do processo de arbitragem da empresa Caterpillar AG., no valor de 10 milhões de euros.

25. Despesas com Benefícios a Funcionários

A Companhia não concede a seus funcionários benefícios de aposentadoria, pós-emprego, remuneração baseada em ações ou nenhum outro tipo de benefício de longo prazo. As despesas com os funcionários estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014
Ordenados e Salários	(1.052)	(941)
Encargos Sociais	(371)	(334)
Benefícios	(336)	(261)
	<u>(1.759)</u>	<u>(1.536)</u>

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015***(Em milhares de Reais)***26. Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Despesas Financeiras				
Varição monetária negativa	(513)	(2.701)	(21.378)	(17.443)
Despesa com juros	(763)	(5.740)	(22.929)	(24.258)
Despesa com multas	(75)	(269)	(91)	(581)
Varição cambial negativa	(150)	(50)	(8.811)	(338)
Despesa com mútuos	(3.834)	(2.395)	-	(36)
Despesa com IOF & IOC	(2.094)	(2.056)	(2.780)	(2.583)
Outras despesas financeiras	(36)	(131)	(291)	(322)
	<u>(7.465)</u>	<u>(13.342)</u>	<u>(56.280)</u>	<u>(45.561)</u>
Receitas Financeiras				
Receita com aplicação financeira	9.538	7.761	9.727	7.868
Varição monetária positiva	2.711	2.142	2.711	2.142
Receita com mútuos	18.797	9.430	18.797	9.430
Varição cambial positiva	164	46	5.363	2.974
Atualização monetária s/créditos tributários	15	169	1.556	1.757
Juros s/arrendamento financeiro	-	-	10.337	10.380
Outras receitas financeiras	-	92	11	93
	<u>31.225</u>	<u>19.640</u>	<u>48.502</u>	<u>34.644</u>
Resultado Financeiro	<u>23.760</u>	<u>6.298</u>	<u>(7.778)</u>	<u>(10.917)</u>

27. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015***(Em milhares de Reais)*

A Administração da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Controladora

	Mensuração	30/06/2015		31/12/2014	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo					
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	Custo amortizado	150.981	150.981	142.025	142.025
Valores a receber Partes Relacionadas (Nota 18)	Custo amortizado	379.569	379.569	369.781	369.781
		<u>530.550</u>	<u>530.550</u>	<u>511.806</u>	<u>511.806</u>
Ativos financeiros mantidos para negociação					
Aplicações financeiras Fundos de Investimentos (Nota 7)	Valor justo	2.988	2.988	-	-
		<u>2.988</u>	<u>2.988</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo					
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado					
Fornecedores (Nota 16)	Custo amortizado	1.293	1.293	1.046	1.046
Valores a pagar Partes Relacionadas (Nota 18)	Custo amortizado	66.248	66.248	62.498	62.498
Contas a pagar	Custo amortizado	4	4	3	3
Financiamentos (Nota 15)		4.976	4.913	4.565	4.506
Financiamentos - Conversão Obrigatória (Nota 15)	Custo amortizado	9.953	9.825	9.130	9.012
		<u>82.474</u>	<u>82.283</u>	<u>77.242</u>	<u>77.065</u>

Consolidado

	Mensuração	30/06/2015		31/12/2014	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo					
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	Custo amortizado	151.006	151.006	143.041	143.041
Contas a receber (Nota 89)	Custo amortizado	154.330	154.330	153.379	153.379
Valores a receber Partes Relacionadas (Nota 18)	Custo amortizado	379.569	379.569	369.781	369.781
		<u>684.905</u>	<u>684.905</u>	<u>666.201</u>	<u>666.201</u>

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015***(Em milhares de Reais)***Ativos financeiros mantidos para negociação**

Aplicações financeiras Fundos de Investimentos (Nota 7)	Valor justo	<u>2.989</u>	<u>2.989</u>	<u>1.769</u>	<u>1.769</u>
		<u>2.989</u>	<u>2.989</u>	<u>1.769</u>	<u>1.769</u>

Passivo**Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado**

Fornecedores (Nota 16)	Custo amortizado	169.474	169.474	167.402	167.402
Valores a pagar Partes Relacionadas (Nota 18)	Custo amortizado	10	10	-	-
Contas a pagar Financiamentos (Nota 15)	Custo amortizado	4	4	3	3
		503.160	405.132	489.671	439.589
Financiamentos - Conversão Obrigatória (Nota 15)	Custo amortizado	<u>67.075</u>	<u>63.987</u>	<u>61.190</u>	<u>59.359</u>
		<u>739.723</u>	<u>638.607</u>	<u>718.266</u>	<u>666.353</u>

Uma das principais responsabilidades da Administração da Companhia é o gerenciamento, dentro de uma diretriz global, das exposições aos riscos de taxa de juros, taxa de câmbio, crédito e liquidez. Neste contexto, a Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposições aos mesmos. A política de controle consiste no acompanhamento das taxas contratadas *versus* às vigentes no mercado.

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:

No que tange ao cálculo do valor de mercado e classificação, seguem as seguintes considerações:

Caixa e equivalente de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras estão mensuradas ao seu valor de custo amortizado, através do resultado, na data do balanço, que se aproxima do seu valor de mercado, conforme avaliação da administração, uma vez que a maioria dos investimentos em CDBs possui liquidez diária e as aplicações em debêntures privadas possuem cláusula de resgate antecipado, com remuneração calculada de forma *pro rata temporis* até a data do efetivo resgate.

Aplicações financeiras vinculadas a operações de crédito: São aplicações financeiras em CDBs que são mensuradas pelo custo amortizado e classificadas como mantidos até o vencimento, e as aplicações financeiras em Fundos de Investimento não disponíveis para resgate que são mensuradas pelo preço de mercado.

Contas a receber e adiantamento a fornecedores: mensurados ao custo amortizado, com expectativa de realização no curto prazo.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015

(Em milhares de Reais)

Fornecedores: mensurados ao custo amortizado e classificado como passivo financeiros mensurado ao custo amortizado.

Contas a pagar para partes relacionadas: mensurados ao custo amortizado, e classificado como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

1º emissão de Debêntures pela controladora: as debêntures emitidas pela Companhia remuneradas a CDI possuem cláusula de liquidez. As debêntures são mensuradas pelo custo amortizado e classificadas como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

2º emissão de Debêntures pela controladora: as debêntures emitidas pela Companhia e remuneradas pelo IGP-M não possuem cláusula de liquidez, e têm vencimento em 4 anos. As debêntures são mensuradas pelo custo amortizado e classificadas como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Empréstimos (remunerados a CDI): Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Financiamentos (remunerados a IGP-M): Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Financiamentos (remunerados a taxa pré fixada): Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Administração financeira de risco:

A administração da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A Companhia apresenta os seguintes riscos:

Risco de liquidez;

Risco de crédito;

Riscos de mercado:

Taxa de juros; e

Taxa de câmbio.

a. Risco de liquidez

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015***(Em milhares de Reais)*

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações financeiras consolidadas, considerando os juros a vencer até o final do contrato.

	Valor contábil 30/06/2015	Fluxo contratado	6 meses ou menos	6 -12 meses	1 -2 anos	2 -5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	169.474	169.474	20.365	145.735	3.374	-	-
Contas a pagar	4	4	-	-	4	-	-
Partes relacionadas	10	10	10	-	-	-	-
Financiamentos	570.235	570.235	147.033	113.427	41.836	69.991	197.948

Os valores demonstrados no quadro acima, refletem a atual situação da Companhia após o primeiro aditivo de reorganização e financiamento da Multiner S.A.

b. Risco de crédito

Com exceção das usinas eólicas que foram contratadas no âmbito do PROINFA, e da Rio Amazonas Energia S.A contratada pela Distribuidora Amazonas Energia em licitação, ambas com garantia da Eletrobrás, os demais contratos de vendas de energia dos empreendimentos térmicos foram obtidos em Leilões de Energia Nova, promovidos pela ANEEL, e foram firmados com dezenas de companhias distribuidoras de energia elétrica estabelecidas no País. Além da diluição de risco natural em função do número de contratantes, cada empresa de distribuição foi obrigada a aportar garantias e contra garantias que aumentam a qualidade do recebível.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Administração.

c. Risco de mercado**Risco de taxa de juros**

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

	NOTA	Controladora		Consolidado	
		30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Ativos vinculados a taxa pós fixada - CDI					
Caixa e equivalente de caixa - aplicações financeiras	6	-	-	-	3
Contratos de mútuo com partes relacionadas	18	379.569	369.781	379.568	369.781
Aplicações vinculadas	7	2.988	1.767	2.989	1.769
Total		<u>382.557</u>	<u>371.548</u>	<u>382.557</u>	<u>371.553</u>

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015***(Em milhares de Reais)***Ativos vinculados a taxa pós fixada - IGPM**

Caixa e equivalente de caixa - aplicações financeiras	6	<u>150.974</u>	<u>141.504</u>	<u>150.974</u>	<u>141.504</u>
Total		<u>150.974</u>	<u>141.504</u>	<u>150.974</u>	<u>141.504</u>

Passivos vinculados a taxa pós fixada - CDI

Contratos de mútuo com partes relacionadas	18	<u>(66.248)</u>	<u>(62.498)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total		<u>(66.248)</u>	<u>(62.498)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Passivos vinculados a taxa pós fixada - IGPM

Empréstimos e Financiamentos	15	<u>(4.976)</u>	<u>(4.565)</u>	<u>(503.160)</u>	<u>(489.671)</u>
Empréstimos e Financiamentos - Conversão Obrigatória	15	<u>(9.953)</u>	<u>(9.130)</u>	<u>(67.075)</u>	<u>(61.190)</u>
		<u>(14.929)</u>	<u>(13.695)</u>	<u>(570.235)</u>	<u>(550.861)</u>

A Administração considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um “cenário provável I” se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do CDI, SELIC, IGP-M e Taxa Pré e as taxas de Euro e Dólar, divulgadas pela Bolsa de Mercadorias & Futuros em 30 de junho de 2015.

Os quadros abaixo demonstram o impacto do resultado financeiro consolidado em 30 de junho de 2015, simulando o cenário provável, que considera o cálculo do valor justo das dívidas, o cenário II e III que demonstram o impacto no resultado considerando a taxa de desconto deteriorada em 25% e 50%. O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo abaixo.

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplic financeiras no mercado aberto	150.976	Queda CDI	23.589	25.901	28.213
Contratos de mútuo a receber	379.568	Queda CDI	57.066	42.800	28.533
Adiantamentos a fornecedores	35.179	Queda do Euro	6.876	(3.638)	(14.152)
Adiantamentos a fornecedores	520	Queda do Dolar	235	46	(142)
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos e financiamentos	(570.235)	Alta IGPM	(89.097)	(97.829)	(106.560)
Fornecedores	(50.902)	Alta Euro	9.949	25.161	40.374
Fornecedores	(429)	Alta Dolar	194	350	505

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015***(Em milhares de Reais)*

		Impacto em resultado		
		Valor Justo	25%	50%
Pós Fixado	Multiner - Debêntures 2ª Emissão	4.917	4.998	5.083
	Multiner - Debêntures 2ª Emissão - Conv. Obrigatória	9.825	9.996	10.166
	RAESA - CCB 1ª Emissão	116.256	116.469	116.680
	RAESA - CCB 1ª Emissão - Conv. Obrigatória	51.162	54.162	54.162
	RAESA - CCB 2ª Emissão	283.963	310.191	339.156
		466.123	495.816	525.247
Pós Fixado		466.123	495.816	525.247
		466.123	495.816	525.247

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, utilizamos a taxa média de DI e IGP-M divulgadas pelo CETIP e FGV, respectivamente, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. Calculamos a taxa de desconto utilizando a DI e o IGP-M do período acrescido do *spread* do juros dos títulos.

A Administração entende que a melhor estimativa de avaliação do *spread* de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas entre 95% e 100,5% do DI.

A tabela abaixo representa as taxas efetivas e os vencimentos de todos os instrumentos mensurados ao custo amortizado.

Indexador	Spread
IGP-M	Entre 9% e 10,5% a.a.
CDI	Entre 0% e 7,44% a.a.
Pré-Fixados	7,5% a.a.

Risco de taxa de câmbio

Para reduzir esse risco, além do monitoramento permanente do mercado de câmbio pela sua Administração, a Companhia poderá contratar, quando julgar necessário, derivativos financeiros para compensar esses eventuais impactos. No entanto, durante este período, os níveis das taxas de câmbio utilizadas nas projeções financeiras e nas contratações de importações, bem como nos custos associados à contratação de mecanismos de proteção, levaram a Administração a optar pela posição de neutralidade no que tange a contratação de tais mecanismos de proteção.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015

(Em milhares de Reais)

d) Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Os valores demonstrados no item “a”, refletem a atual situação da Companhia após o primeiro aditivo ao contrato de reorganização financeira da Multiner S.A.

Informação sobre determinação de valor de mercado

Os instrumentos financeiros da Companhia avaliados a preço de mercado são classificados como segue abaixo:

Nível 1 - instrumentos financeiros que possuem dados provenientes de mercado ativo de forma que seja possível acessar diariamente o seu valor justo;

Nível 2 - instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo, porém seu modelo de precificação é baseado em dados observáveis no mercado;

Nível 3 - instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo e que seu modelo de precificação não é baseado em dados observáveis no mercado.

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Níveis 1, 2 e 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

28. Resultado líquido por ação

Resultado básico e diluído por ação

Abaixo apresentamos o resultado por ação básico e diluído:

	Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014
Prejuízo atribuível aos acionistas	(28.613)	(58.387)
Média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação (n° de ações)	12.199.917	6.343.239
Resultado por ação básico e diluído por ação ordinária e preferencial (R\$ por ação)	<u>(2)</u>	<u>(9)</u>

Considerando a metodologia aplicada, o resultado por ação básico e diluído apresentado pela Companhia é o mesmo.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015***(Em milhares de Reais)***29. Arrendamento financeiro a receber**

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil e com a ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil, o ativo imobilizado da controlada Rio Amazonas S.A. ("RAESA") se caracterizou como um arrendamento mercantil financeiro conforme demonstrado a seguir.

	Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014
Leasing financeiro	202.213	204.013
Circulante	13.671	12.883
Não Circulante	188.542	191.130

Este arrendamento foi registrado como arrendamento financeiro considerando que o contrato de suprimento de energia, firmado com a atual Amazonas Distribuidora de Energia S.A., aborda os seguintes principais pontos:

- i. A Amazonas Distribuidora possui capacidade operacional, porém seu direito de exercê-la só se dará após a efetiva transferência do empreendimento, ao final do contrato;
- ii. Ao final do período do contrato de 20 anos, o empreendimento será transferido para o arrendatário (Amazonas Distribuidora) sem qualquer indenização ou pagamento devido; e
- iii. O contrato determina que a venda de energia produzida pelo empreendimento deva ser única e exclusiva para a Amazonas Distribuidora.

Após conclusão de que o empreendimento será entregue à Amazonas Distribuidora de Energia S.A. no final do contrato, foi definido que os registros realizados no imobilizado fossem reconhecidos na conta de Arrendamento Mercantil Financeiro à Receber.

Os recebimentos mínimos futuros, a valor presente, sobre arrendamentos não canceláveis são os seguintes:

	Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014
Até 1 ano	13.671	12.883
Acima de 1 ano - até 5 anos	62.171	57.992
Mais de 5 anos	126.371	133.138
	<u>202.213</u>	<u>204.013</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de junho de 2015

(Em milhares de Reais)

Paulo Cesar Rutzen
(Presidente)

Marcelo Patrício Fernandes Costa
(Diretor Financeiro)

Giancarlo Porto Bratkowski
(Diretor de Operações)

Rosane dos Anjos Guimarães de Oliveira
(Gerente de Contabilidade)
CRC – RJ 073528/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Administradores e Acionistas da

Multiner S/A

Rio de Janeiro - RJ

Introdução

1. Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Multiner S/A, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

2. A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 – Demonstrações Intermediárias e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21 e com a norma e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

3. Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

4. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o NBC TG 21 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

5. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

6. Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 19, no qual está descrito que a Companhia está se defendendo em diversas ações de natureza cível e regulatória. A Administração da Companhia avaliou como possível as chances de perda nessas ações, no montante de R\$ 243.118 mil, e, portanto, nenhuma provisão foi registrada nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, em 30 de junho de 2015. No entanto, caso essas ações tenham um desfecho negativo para a Companhia, a posição financeira da Companhia deverão sofrer um impacto relevante.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

7. Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, elaboradas sob responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com

as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2015.

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI

Auditores Independentes S/S

CRC-SP-5.528-S-RJ

Antonio Carlos de Oliveira Pires

Contador-CRC-RJ-065.305/O-RJ

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Multiner S/A, instalado em 14 de agosto de 2015, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os relatórios da Administração da Companhia e o ITR - Informações Trimestrais relativo ao exercício de 30 de junho de 2015, cuja elaboração obedece as instruções normativas da CVM - Comissão de Valores Imobiliários. Tendo também por base o Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela Boucinhas, Campos & Conti, e já consideradas as observações relativas à ênfase contida no citado relatório, os membros do Conselho Fiscal consideram que o referido ITR está aprovado para as devidas divulgações societárias.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2015.

Arthur Simões Neto

Presidente do Conselho Fiscal

Maurício Ravizzini Monteiro

Conselheiro

Eduardo Georges Chehab

Conselheiro

José Lino Fontana

Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Multiner S/A., relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião realizada em 14 de agosto de 2015.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2015.

Paulo Cezar Rutzen

Diretor-Presidente

Marcelo Patrício Fernandes Costa

Diretor Financeiro

Giancarlo Porto Bratkowski

Diretor de Operações

Roseane de Albuquerque Santos

Diretora Jurídico Regulatório e de Relação com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia – Boucinhas, Campos & Conti, emitido sobre as Demonstrações Financeiras da Multiner S/A, relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião realizada em 14 de agosto de 2015.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2015.

Paulo Cezar Rutzen

Diretor-Presidente

Marcelo Patrício Fernandes Costa

Diretor Financeiro

Giancarlo Porto Bratkowski

Diretor de Operações

Roseane de Albuquerque Santos

Diretora Jurídico Regulatório e de Relação com Investidores